



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE AMAMBAI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA**



CRISTIANE MARIA BARBIERO

**ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL PARA CRIANÇAS: (RE)CONSTRUINDO
HISTÓRIAS DE PARANHOS**

Amambai/MS
2018

CRISTIANE MARIA BARBIERO

**ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL PARA CRIANÇAS: (RE)CONSTRUINDO
HISTÓRIAS DE PARANHOS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Amambai, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Scalon Fachin

Co-orientadora: Profa. Dra. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

Amambai/MS
2018

B191e Barbiero, Cristiane Maria

Ensino de história local para crianças: (re)construindo histórias de Paranhos/ Cristiane Maria Barbiero. – Amambai, MS: UEMS, 2018.
161f.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Ensino de História – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2018.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Scalon Fachin

Coorientadora: Profa. Dra. Marinete Aparecida Zacharias

Rodrigues.

1. História – estudo e ensino 2. Paranhos (MS) - história 3. Ensino de história – crianças I. Fachin, Viviane Scalon II. Rodrigues, Marinete A. Zacharias III. Título

CDD 23. ed. - 372.89

**ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL PARA CRIANÇAS: (RE)CONSTRUINDO
HISTÓRIAS DE PARANHOS**

CRISTIANE MARIA BARBIERO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Ensino de História

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Viviane Scalon Fachin (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof^ª. Dr^ª. Suzana Arakaki
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Luis Reznik
Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ

Amambai/MS, 09 de agosto de 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -
PROFHISTÓRIA

Dedico esse trabalho à minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradecer deveria ser uma tarefa mais simples. Seria apenas expressar na forma de palavras as expressões e sentimentos que mais nos permearam nesses últimos dois anos. Mas como isso é difícil, primeiramente porque percebemos que não existem palavras suficientes para traduzir tamanho sentimento, segundo pelo medo de incorrer injustiças e deixar de fora alguém que tenha contribuído nesse processo.

Mas como aprendi com minha família que além de pedir, nunca podemos deixar de agradecer, tentarei fazê-lo à altura dessas pessoas, embora sabendo que nunca conseguiria por completo.

Agradeço primeiramente a Deus, Pai, todo poderoso, meu refúgio, a quem dedico minha fé, de onde busco diariamente minhas forças, sabedoria, paciência e esperança.

Agradeço aos meus pais, Ademir e Maria, simples agricultores que em meio a tantas dificuldades me ensinaram a importância da educação, da honestidade, da justiça, da humildade, da força de vontade, da fé e da luta diária em busca daquilo que acredito.

Agradeço imensamente também aos meus irmãos de sangue Josiane e Alexandre, por todas as palavras de incentivo, de amizade, de superação.

E como a vida também nos presenteia com irmãos de coração, agradeço aqueles que se fizeram presentes nessa caminhada, especialmente à Andreia e Gislainne, principalmente pela paciência.

Agradeço aos meus amigos do mestrado, ousou chamá-los dessa forma, porque foi assim que se comportaram durante esse tempo, sempre dispostos a ajudar, a dividir as angústias e alegrias, como fazem os amigos. Felipe, Roseli, Elizabeth, Valéria, Carlos, Denildo, Bruno e Júlio. Obrigada por tantos momentos compartilhados, como alunos, como professores da Educação Básica, vocês são inesquecíveis, tenho enorme admiração por todos.

Faço uma ressalva especialmente para o Felipe, meu colega da turma e amigo imprescindível em todos os momentos. Obrigada pela oportunidade de dividirmos as angústias, trocarmos ajuda, incentivos e principalmente por me ajudar a rir e acreditar que daria tudo certo no fim.

Não poderia deixar de agradecer nossos mestres, que não os chamo por título, mas sim por respeito, como acredito que devem ser chamados os grandes professores. Especialmente as professoras Viviane e Marinete, minha orientadora e co-orientadora respectivamente, obrigada pela paciência, pela segurança, por orientar por caminhos, quando tantas vezes me perdia.

Agradeço a todos os mestres que de alguma maneira contribuíram para que a primeira turma do Mestrado Profissional em Ensino de História da UEMS, pudesse chegar a esse momento. Prefiro não citar nomes, para não correr o risco desagradável de deixar de mencionar alguém. Obrigada por seus ensinamentos, por compartilhar conhecimentos e experiências.

Agradeço a Secretaria Municipal de Educação de Paranhos e a direção da Escola Municipal Dr. Mitsuro Saito por permitirem a liberdade para que eu pudesse participar das aulas, orientações, seminários do mestrado. Foram muitos os momentos que estive ausente em reuniões de pais, conselhos de classe, ou outros compromissos que envolviam a escola e pacientemente souberam compreender que precisava me deslocar até a cidade vizinha para estudar.

Agradeço algumas pessoas que se fizeram voluntárias e generosamente me ajudaram nesse processo. Entre elas o professor Hildo Penner com seu auxílio com as entrevistas e fotografias sobre Taquaperi, professora Nilza Basílio e seu acervo de fotos, seu Almiro Pinto Sobrinho que gentilmente cedeu vários documentos antigos, professor (Paulo) Cimó e o Centro de Documentação Regional (CDR), além é claro dos entrevistados que pacientemente nos receberam em suas residências.

Agradeço imensamente a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Unidade de Amambai pela acolhida e hospitalidade, bem como a instituição de modo geral pela bolsa de estudos concedida nesse período, a PIBAP.

Não poderia deixar de agradecer meus alunos de agora e de todos esses 15 anos, que me ensinaram muitas coisas, principalmente a perceber que não são apenas números, mas seres reais, com dificuldades, problemas, angústias e inseguranças o que incumbe a nós professores uma tarefa bem mais árdua do que simplesmente compartilhar conhecimentos.

Agradeço imensamente aos meus colegas professores em Paranhos, tanto os que passaram, quanto aos que permanecem, por todo aprendizado, experiência, sabedoria, paciência. Tenho muito orgulho de poder compartilhar a mesma profissão com vocês, bem

como nossas angústias, dificuldades, alegrias e o sonho de que a educação pode um dia transformar o mundo.

A todos vocês, não deixo apenas meus agradecimentos, mas meu eterno respeito!

Que nada nos defina. Que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre.

Simone de Beauvoir

BARBIERO, Cristiane Maria. **Ensino de História Local para crianças:(re)construindo histórias de Paranhos**. 2018. 161 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai/MS, 2018.

RESUMO

Esse trabalho objetivou compreender parte do processo histórico envolvendo o município de Paranhos em Mato Grosso Sul e sistematizar os resultados obtidos em um material didático para uso de alunos e professores dos anos iniciais da Educação Básica. Considerando a importância das relações históricas locais, principalmente por sua proximidade com as questões que permeiam o cotidiano dos alunos e motivados pela pequena incidência de pesquisas e produção historiográfica local, nos propusemos a fazer um estudo sobre algumas questões, como a presença histórica e quase desconhecida do Forte do Iguatemi no município, bem como as relações estabelecidas pelos indígenas Guarani e Kaiowá que correspondem a mais de um terço da população local, e o processo de mudanças pelo qual passou a vila de Taquaperi e também Paranhos desde quando configurava-se como povoamento de Ipehum. Como fontes de pesquisa, optamos pela utilização de documentos e também narrativas orais coletadas por meio de entrevistas. Os dados levantados nos permitiram analisar o tema sob diversos aspectos, principalmente quanto às questões econômicas relacionadas ao processo de formação do município e suas implicações nas dinâmicas sociais locais. Como produto das reflexões, buscamos elaborar uma cartilha para ser utilizada nos anos iniciais do Ensino Fundamental, levando em conta importantes aspectos historiográficos e didáticos que possibilitarão melhor estudo e compreensão da História nessa etapa de ensino.

Palavras- chave: Ensino de História, História Local, Currículo, Prática docente, livro didático

BARBIERO, Cristiane Maria. **Ensino de História Local para crianças:(re)construindo histórias de Paranhos**. 2018. 161 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai/MS, 2018.

ABSTRACT

This work intended to understand a part of the historical process involving the Paranhos town in Mato Grosso do Sul and to show the results in a courseware to be used by students and teachers at the first years of the Basic Education. Seeing the importance of the local historical relationships mainly about their proximity with the questions that are in the students daily life and motivated by the small researches and historical productions about this matter, we intended to do a study about some questions, like the relationship among the Kaiowa and Guarani indigenous that are more than one third of the whole local population and the change process that the Taquaperi Village passed and Paranhos too, since when it was the small village of Ipehum. We choose to use in this investigation some documents and also historical interviews. The datas that were collected allowed us to analyze the theme in different viewpoints, mainly about the economic questions related with the formation process of the town and their implications at the social dynamics of Paranhos. As a product of our reflexions, we elaborate a textbook to be used at the first years of the Elementary school given how important historic and didactic aspects that may help the students to understand the History in this time of the school formation.

Keywords: History Teaching; Local History; Curriculum; Teacher's practice; Textbook.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 METODOLOGIA E FONTES.....	19
2 APRESENTANDO O MUNICÍPIO DE PARANHOS	27
3 O FORTE DO IGUATEMI: AS ORIGENS DE PARANHOS.....	30
4 A PRESENÇA DOS GUARANI E KAIOWÁ EM PARANHOS.....	37
4.1-O impacto da chegada das frentes pioneiras na vida dos Guarani e Kaiowá em Paranhos	43
5 QUANDO TAQUAPERI ERA MAIOR QUE PARANHOS.....	46
6 QUANDO TUDO ERA IPEHUM.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	64
ANEXOS.....	69

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho, nos propusemos a compreender parte do processo de formação histórica do município de Paranhos em Mato Grosso do Sul e em produzir um material didático para o uso de professores e alunos dos anos iniciais¹ do Ensino Fundamental.

O interesse por essa problemática surgiu há muito tempo, mediante algumas necessidades percebidas por professores dessa localidade, como a escassez do registro de pesquisas e a ausência de produção historiográfica sobre as relações socioeconômicas e culturais estabelecidas no processo de ocupação e construção da sociedade paranhense, localizada ao sul do estado em uma linha fronteira com o Paraguai.

Podemos salientar que Paranhos sempre existiu enquanto memória, mas era preciso que essas memórias fossem sistematizadas e transformadas em história, pois segundo Nora (1993, p.14) “[...] a necessidade de memória é uma necessidade da história”. Burke (1992) cita em Haldane que “[...] tudo tem uma história” ou seja, “[...]tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado” (p.11). Mediante as contribuições desses autores, entendemos que Paranhos, bem como qualquer outra sociedade tem uma história que merece ser estudada, analisada e representada segundo os critérios historiográficos.

Essas questões têm dificultado o trabalho de muitos professores em sala de aula, principalmente os dos anos iniciais do Ensino Fundamental, cujo referencial curricular municipal prevê o estudo da história do município no 4º ano. Há muito tempo, os conteúdos ensinados são meramente baseados nas memórias e relatos populares, mas sem tratamento científico. Frente à necessidade de ensinar os conteúdos referentes à história municipal os professores dos anos iniciais, que em sua maioria são formados em Pedagogia, baseiam-se nessas narrativas memorialísticas para elaborar textos e propostas didáticas.

Atuando como professora na Educação Básica por mais de uma década, fui percebendo juntamente com outros colegas daquela localidade, diversas problemáticas com relação ao ensino de História. Começando pela dificuldade dos alunos em compreender a relação da história com o cotidiano, com o local, com a região onde vivem e muitas vezes não relacionando

¹ De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), a Educação Básica se divide em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Entretanto, o Ensino Fundamental se divide em anos iniciais que corresponde do 1º ao 5º ano e anos finais que abrange do 6º ao 9º ano, tendo em vista a Lei Nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 que dispõe sobre o Ensino Fundamental com duração de 9 anos.

que Paranhos também encontra-se inserido na história, bem como os outros povos, em outros lugares e épocas, como podemos observar nos livros e filmes por exemplo. Esse afastamento faz com que os alunos não percebam que muitas questões discutidas pelos historiadores também estão presentes no cotidiano do município e conseqüentemente aquilo que é local e regional parece estar desvinculado de um contexto nacional e até mesmo global.

Além dessas questões, o ensino de história nas escolas e não somente em Paranhos também enfrenta outros desafios. Os professores defrontam-se com extensos referenciais curriculares a serem cumpridos com uma carga horária mínima em sala de aula. Em algumas matrizes curriculares, constam duas ou três aulas semanais para o Ensino Fundamental e apenas duas para o Ensino Médio. Geralmente nos referenciais, os conteúdos já estão divididos por bimestres, assim, os professores têm duas opções, ou trabalham de forma muito rápida e superficial para conseguir cumprir o que está proposto, ou selecionam e aprofundam apenas alguns conteúdos, deixando assim de cumprir com o restante do referencial.

Diante deste quadro, convém destacar que tem sido um enorme desafio despertar o interesse nos alunos sobre a história, fazê-los compreender-se como sujeitos históricos, com tão pouco tempo em sala de aula, com tantos conteúdos a ser trabalhados, currículo a ser cumprido. Somam-se à isso outras questões fundamentais como a falta de investimentos governamentais na educação, que geram problemas na estrutura física, falta de material didático, além da ausência familiar, com o descaso de muitos pais que não acompanham o desenvolvimento escolar de seus filhos.

Outro fator para considerarmos é que em pleno século XXI, o universo tecnológico e virtual apresentam-se muito mais atraentes aos alunos do que as relações históricas estabelecidas ao longo do tempo. Os meios de comunicação veiculam novos acontecimentos o tempo todo, e geralmente o fazem, sem relacionar com o passado, como se tudo que acontecesse fosse fruto do agora. Vivemos em um momento no qual se valoriza “[...] por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado” (NORA, 1993, p. 13).

É como se o presente não tivesse relação com o passado. Hobsbawn (1995), demonstrava preocupação com relação a isso, ao alegar que os jovens “[...] quase todos crescem em uma espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem” (p.13). Hartog (2013), chamou de presentismo essa predominância do presente sobre o passado e o futuro.

Isso acontece porque muitas pessoas e não somente os alunos, não percebem a importância e a relação da história com o cotidiano por considerá-la como uma ciência do passado. Essa definição desagradava Bloch (2001, p.55), que preferia defini-la como a “[...] ciência dos homens, no tempo”. Pois a história se interessa pelas ações, transformações e as permanências que se estabeleceram ao longo do tempo, essencial para a compreensão do presente. E embora “[...] o passado seja o objeto da história” (LE GOFF, 2003, p.23), muitos têm dificuldades em fazer essa ligação entre passado e presente e vice versa.

Entretanto, a compreensão dos mais jovens acerca da história nunca foi simples, tanto que Bloch (2001) destacava isso em meados do século passado, quando tentava explicar a uma criança, qual a serventia da história. Devido essa dificuldade, alguns pensadores acreditavam que a história nem deveria ser ensinada para crianças, por julgarem-nas incapazes de compreender a complexidade que é o processo histórico.

Bittencourt (2008), cita que Roy Harlam, teórico piagetiniano² do estágio de desenvolvimento da criança, acreditava que as dificuldades em ensinar história na escola “[...] relacionavam-se com a incapacidade dos alunos em dominar conceitos e conteúdos em razão da defasagem dos estágios evolutivos e da falta de maturidade intelectual e de certas capacidades para o pensamento abstrato” (p. 196).

Nos currículos escolares, o ensino de história para crianças geralmente tem início por aquilo que é mais próximo da realidade delas, do mundo que as cerca, que seria a família, a escola, o bairro, o município, a região onde vivem. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, o ensino e a aprendizagem da história

[...] estão voltados, inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas (BRASIL,1997, p.39).

Bittencourt (2008) também defende que a “[...] problematização do estudo histórico inicia-se sempre pelo local” (p.114). A história local tem se tornado cada vez mais necessária para o ensino “[...] por possibilitar a compreensão do em torno do aluno, identificando o passado

² Jean Piaget (1896-1980), foi um importante pesquisador da área da psicologia do desenvolvimento infantil. Sua teoria sobre os estágios de desenvolvimento cognitivos da crianças estava dividido em 4 fases: sensório-motor (até, aproximadamente, os 2 anos); pré-operatório (2 a 7 anos); estágio operatório concreto (8 a 11 anos); e estágio operatório formal (a partir, aproximadamente, dos 12 anos). PIAGET, Jean. *O nascimento da inteligência na criança*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

sempre presente nos vários espaços de convivência, que seria a escola, casa, comunidade, trabalho e lazer” (p.168).

Rocha et al, destaca a importância dos estudos históricos a partir do local, pois

[...] ao se enfatizar temas e objetos, espaços, indivíduos e costumes que podem ser reconhecíveis entre alunos que pertencem a um determinado sistema cultural, baseado em relações de vizinhança, contiguidade territorial e proximidade espacial, espera-se despertar, criar e ampliar o gosto pelo estudo da História (ROCHA et al, 2006, p. 09).

Por isso, objetivamos nesse trabalho investigar e compreender por meio das abordagens da história local e também da regional, o processo de formação histórica do município de Paranhos, por meio de diversas fontes, como documentos escritos e relatos, que permitisse sistematizar as narrativas em um material didático que fosse disponibilizado aos professores e alunos. Sobre isso, Barros esclarece que:

[...] a História Local - ou História Regional, como passaria a ser chamada com um sentido um pouco mais específico - surgiu precisamente como a possibilidade de oferecer uma iluminação em detalhe de grandes questões econômicas, políticas, sociais e culturais que até então haviam sido examinadas no âmbito das dimensões nacionais (BARROS, 2006, p. 470).

Por meio da assertiva de Barros, consideramos a importância do contato do aluno com a história local e a regional pela possibilidade que esse estudo metodológico propicia ao interpretar a história como algo próximo de sua realidade, do seu cotidiano e que estes fazem parte e se relacionam, com um contexto histórico mais amplo.

Esse campo historiográfico surge como possibilidade de investigação dentro de novas abordagens propostas pela Nova História³, corrente que ampliou o estudo da dimensão das ações humanas e dos fatos históricos, de modo que “[...] o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” (BURKE, 1991, p.11). Possibilitando assim a compreensão do passado através do presente e a compreensão do presente através do passado, de modo que possamos

³Uma boa parte dessa nova história é o produto de um pequeno grupo associado à revista *Annales*, criada em 1929.[...] o núcleo central do grupo é formado por Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie. A revista, [...]foi fundada para promover uma nova espécie de história e continua, ainda hoje, a encorajar inovações. As ideias diretrizes da revista, que criou e excitou entusiasmo em muitos leitores, na França e no exterior, podem ser sumariadas brevemente. Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras. Cf.: BURKE, Peter, *A escrita da história: novas perspectivas*. Peter Burke (org.). São Paulo Editora da Universidade estadual Paulista, 1992

analisar e perceber as mudanças e permanências dentro da sociedade, no chamado vai e vem da história.

Com essa renovação historiográfica proposta pela Nova História, as pesquisas nesse campo, têm-se intensificado desde a década de 1970. Burke (1992, p.7) destaca que nos últimos anos a “[...] história nacional predominante no século XIX, [...] tem que competir com a história mundial e a história regional [...] para conseguir atenção”. Segundo Barros:

[...]o espaço regional não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar. Mas, de qualquer maneira, o interesse central do historiador é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior. (BARROS, 2005, p.99).

As observações feitas na sociedade por meio da história local e regional visam possibilitar ao aluno um suporte para a compreensão da macro história. É a partir do estudo e conhecimento primeiramente da região onde vive, que o aluno poderá então entender, posteriormente, a complexidade histórica de uma sociedade muito mais ampla. Assim, o conhecimento sobre a história de Paranhos pode despertar o gosto dos estudantes pela história e ampliar sua compreensão da história nacional, e até mesmo mundial, não como histórias separadas, mas vinculadas e que de alguma maneira se relacionam, se cruzam, se afetam.

Delimitamos nosso recorte temporal, entre o período da década de 1940 a 1987⁴, que corresponde à chegada das frentes pioneiras à emancipação política de Paranhos do município de Amambai. Mesmo com esta delimitação temporal, em alguns momentos retrocedemos a períodos anteriores para melhor explicarmos os elementos que fazem parte do surgimento desta sociedade.

Nosso propósito, guardadas nossas possibilidades e limites, foi compreender uma parte do processo histórico local, pois como o próprio título desse trabalho sugere, são histórias de Paranhos e toda história tem mais de um lado. Assim, conscientes da complexidade que uma pesquisa como esta oferece e já sabendo das dificuldades que enfrentaríamos, como a escassez de fontes escritas e pouquíssimas pesquisas sobre a região que envolvessem diretamente Paranhos, não ousamos estabelecer um recorte espacial e temporal muito amplo.

⁴ Lei Estadual nº 777, de 17-11-1987, retificada pela Lei Estadual nº 811, de 21-12-1987.

Mesmo tendo consciência da precariedade de fontes, consideramos, ao nos debruçarmos sobre os arquivos, que os documentos escritos eram mais escassos do que imaginávamos e assim, buscamos a compreensão de parte de nosso trabalho, mediante as fontes orais, previstas desde a elaboração do projeto como parte da metodologia de pesquisa, mas que se tornaram fundamentais em muitos momentos do processo.

Optamos por um recorte espacial que permeia Paranhos e a região onde se encontra. Entretanto, além do seu conceito geográfico, optamos também por um viés sociológico, pois para Bourdieu (1998, p.115) “[...] regiões delimitadas em função dos critérios concebíveis (língua, habitat, tamanho da terra e etc) nunca coincidem perfeitamente”. Com base nesses critérios, entendemos região como uma construção simbólica, que envolve mais que espaços territoriais, mas também disputas culturais, econômicas, linguísticas, através de relações de poder. É justamente essa a situação que envolve o processo de colonização não somente em Paranhos, mas também os seus arredores.

Essas disputas perpassaram o tempo todo nossa investigação e nos possibilitaram compreender como se estabeleceram as relações econômicas na região, quem foram os primeiros colonizadores, o que os atraiu, quais atividades econômicas contribuíram para a chegada de pessoas de outras regiões do Brasil e também do Paraguai, e como foram as relações estabelecidas entre esses e os diversos grupos indígenas estabelecidos há séculos nesse local.

O encontro entre esses diferentes grupos, contribuíram para a construção da sociedade paranhense, mas isso não significa que tenha ocorrido de maneira amistosa, nem pacífica. Entre eles ocorreram diversas disputas que envolveram território, questões históricas, culturais, linguísticas, econômicas e principalmente poder.

A história sobre como ocorreu a formação dessa sociedade pode trazer contribuições fundamentais para a construção/formação da consciência histórica em sala de aula, pois ela é “[...] a realidade a partir da qual se pode entender o que a história é, como ciência, e por que ela é necessária” (RÜSEN, 2001, p.56). Esse autor define a consciência histórica como “[...] a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (ibidem, p.57). Assim, entendemos que esta consciência possibilitará que os alunos se percebam como sujeitos históricos, como parte de uma sociedade e que por suas ações, produz e modifica a história.

A consciência histórica é estabelecida ao longo dos anos, mas conforme discutimos anteriormente, pode começar a se formar a partir do local onde o aluno vive, permitindo que ele se perceba como um sujeito histórico, consciente de seu papel na sociedade. Acreditamos que o contato com a história ainda nos anos iniciais da Educação Básica é de suma importância para que isso ocorra ainda na infância, oportunizando as crianças a compreensão das mudanças e permanências das relações econômicas, sociais e culturais que as cercam, tão fundamentais para a compreensão da história.

A oportunidade de participar do mestrado Profissional em Ensino de História-Profhstória, possibilitou-nos levar essa pesquisa para além do ambiente acadêmico chegando até a Educação Básica. Por isso, desde o início esse foi um dos nossos principais objetivos: tornar essa pesquisa em uma dissertação para além dos meios científicos e fazê-la chegar até as escolas. Assim sendo, essa pesquisa sobre a história de Paranhos, resultou na elaboração de um modelo de material didático para ser utilizado por professores e alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O material está dividido em sete capítulos que tratam basicamente das quatro temáticas discutidas ao longo desse trabalho: o Forte do Iguatemi e sua relação com a História Local, a presença histórica dos indígenas Guarani e Kaiowá que compõem mais de 1/3 da população do município, o processo de mudanças pelo qual passou a vila de Taquaperi e as transformações econômicas e políticas ocorridas em Paranhos, desde o período em que era a povoação de Ipehum, no final do século XIX.

1 METODOLOGIA E FONTES

Iniciamos nosso trabalho objetivando realizar uma pesquisa sobre a história do município de Paranhos e a partir de dados coletados e analisados de acordo com o nosso referencial teórico, elaborar um material didático voltado para a Educação Básica.

Para a primeira etapa, utilizamos as operações processuais (heurística, crítica e interpretação) que Rüsen (2007, p.105) chama de as “[...] regras da pesquisa histórica”. Segundo esse autor, primeiramente o pesquisador deve formular as perguntas históricas, que possivelmente “[...] já contêm possíveis respostas, embora apenas possíveis, não reais”.

O segundo passo ao dirigir essas perguntas às fontes, foi obter destas as informações para respondê-las, pois “[...] a pesquisa é o trabalho de responder empiricamente às perguntas históricas” (Rüsen, *ibidem*) e terceiro, formular as informações obtidas das fontes como

respostas as perguntas, é o que se pode chamar de formação da resposta histórica, pois o processo de pesquisa “[...] continua até a confirmação historiográfica dos resultados das pesquisas, porque é nela que, em última análise, se decide qual interpretação lhe cabe com relação a outros resultados [...] e como pode ser integrada ao saber histórico” (ibidem, p.111).

Reforçamos que buscamos os dados e informações em fontes tais como: documentos escritos, pesquisas sobre a história do sul de Mato Grosso do Sul, sobre a Companhia Matte Larangeira e as memórias de antigos moradores por meio de entrevistas.

A pesquisa documental escrita ocorreu mediante visitas a locais públicos como o Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Prefeitura e Câmara dos Vereadores de Paranhos, e por meio da internet nos sites oficiais da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, da Câmara dos Deputados, do Ministério das Relações Exteriores e da Biblioteca Nacional Digital. Nestes locais, buscamos por mapas, atas, decretos, leis estaduais e municipais, que tratam sobre a concessão para exploração da erva – mate e sua fiscalização, a criação de aldeias, demarcação de terras, o processo de emancipação do município.

Esses vestígios sobre o passado são segundo Le Goff, monumentos que se tornam documentos quando selecionados pelo historiador.

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos [...] Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador (LE GOFF, 2005, pp. 525-526).

Em vista disso, selecionamos os documentos que mais se identificavam com os objetivos de nossa pesquisa. Conscientes do “[...]fato de que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso”, cabendo ao pesquisador a responsável tarefa de verificar sua veracidade, comparando várias fontes e assim “[...] mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder” (LE GOFF, 2005, p. 526).

Todavia, conforme apontado por Burke, o trabalho com fontes escritas muitas vezes precisa ser suplementado por outros tipos de fonte. Por isso, utilizamos também as entrevistas com antigos moradores do município, pois acreditamos ser essencial “[...]as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social” (BURKE,1992, p.13). Uma vez que tratam-se de memórias de pessoas que acompanharam esse processo de mudanças, transformações, pelas quais a região em que Paranhos está inserido no período o qual buscamos analisar. Segundo Le Goff (2003, p.419), a memória “[...]como propriedade de conservar certas

informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Para essa parte da pesquisa, utilizamos como metodologia a história oral⁵, por entendermos que a história de Paranhos não poderia ser desvelada apenas a partir de documentos escritos,

[...] pois o oral pode nos revelar o ‘indescritível’, toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas ‘muito insignificantes’ - é o mundo da cotidianidade - ou inconfessáveis, ou porque são impossíveis de transmitir pela escrita (JOUTARD, 2000, p.33).

Contudo, assim como no caso das fontes escritas, as fontes orais também podem apresentar influências, ser tendenciosas tanto por parte do entrevistador quanto do entrevistado. Dessa maneira, os primeiros historiadores orais desenvolveram diretrizes para avaliar a confiabilidade da memória oral,

[...]baseados na psicologia social e na antropologia, mostraram como determinar a tendenciosidade e a fabulação da memória, o significado da retrospectiva e a influência do entrevistador. Da sociologia, adotaram métodos de amostragem, e da história documental trouxeram regras para verificar a confiabilidade e a coerência interna de suas fontes. As diretrizes propiciaram marcos úteis para a leitura de memórias e para sua combinação com outras fontes históricas para descobrir o que aconteceu no passado (THOMSON, 2000, p. 52).

Joutard, alerta que

[...]o historiador não deixa de ouvir e recolher, mas sabe que deve se distanciar, que a simpatia necessária, virtude cardeal do bom entrevistador, não deve cegá-lo nem privá-lo da lucidez. O cruzamento das fontes, o necessário espírito crítico, não são incompatíveis com o respeito devido à testemunha ou aos grupos (JOUTARD, 2000, p.43).

Entrevistamos quatro pessoas, homens e mulheres com mais de 40 anos, testemunhas oculares desse processo de mudanças ocorridas em Paranhos no período que projetamos investigar. Tratam-se de ex-posseiros⁶, trabalhadores das madeireiras, extratores de erva-mate, assentados e ex-políticos.

⁵ Ronald J. Grele a define como "entrevistas com participantes, testemunhas oculares dos eventos do passado, visando a reconstrução histórica" é um valioso método de pesquisa, imprescindível para a história do século XX. Ela permite acesso à experiência não documentada - inclusive as vidas de líderes que ainda não escreveram suas autobiografias - e, mais importante, às "histórias ocultas" dos marginalizados: trabalhadores, mulheres, indígenas, minorias étnicas e membros de outros grupos oprimidos, ou excluídos. Cf.: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *História Oral: desafios para o século XXI*.— Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000, p.51.

⁶ Posseiro: pessoa que tem a posse da terra, mas não documentação ou registro em cartório.

Procuramos preservar a identidade dessas pessoas, não divulgando seus nomes, por entendermos que existem certas particularidades nesses depoimentos que muitas vezes indicam conflitos e como trata-se de um município pequeno em que quase todos se conhecem, optamos por esse procedimento. Por essa razão, utilizamos o termo E para o entrevistado (E-1, 2, 3 e 4) e P para o pesquisador.

O entrevistado número 1 é uma senhora com mais de 80 anos, nascida e criada em Paranhos, filha de antigos colonizadores gaúchos. Seu depoimento muito nos impressionou por ter vivenciado e acompanhado durante várias décadas, muitas mudanças na sociedade em estudo, enriquecendo com detalhes únicos.

O entrevistado número 2 também é um senhor idoso, nascido e criado na região de Taquaperi, antigo posseiro, ex-ervateiro e político. Descendente de colonizadores gaúchos, seus relatos precisos nos ajudaram a compreender muito o processo de mudança pela qual a vila passaria.

Os entrevistados 3 e 4 são respectivamente esposa e marido e trata-se de um típico casal de migrantes paranaenses que vieram durante a década de 1970 em busca de terras em uma região onde está era farta e barata e que acabam se envolvendo com a atrativa economia madeireira no Paraguai.

São perfis diferentes, vivências e experiências distintas e extremamente enriquecedoras. Quantos detalhes obtivemos com essas conversas, elas são indescritíveis, perceptíveis apenas frente a frente, entrevistador e entrevistado.

Demos preferências às entrevistas gravadas e não aos questionários. Primeiramente porque grande parte dos entrevistados eram pessoas idosas, algumas analfabetas, outras semianalfabetas. Segundo porque uma pesquisa com memórias torna-se muito mais proveitosa quando permite que o entrevistado não se sinta preso à escrita. As pessoas mais idosas, sentem necessidade de falar e de serem ouvidas. Algumas por meio de suas memórias, fizeram verdadeiras viagens ao longo do tempo e foi extremamente prazeroso ouvi-las.

Não dá para absorver os detalhes dessas memórias somente pela escrita, “[...] trazer à luz as realidades ‘indescritíveis’, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir” (JOUTARD, 2000, p.33), é preciso ouvir pacientemente. Foi um grande privilégio poder ouvir esses atores sociais, que nos forneceram muitos detalhes e informações, sujeitos históricos cujas memórias contribuirão muito para a compreensão da formação da sociedade paranhense e, conseqüentemente, para a formação de uma consciência histórica nos mais jovens.

As entrevistas foram individuais e ocorreram nas residências dos próprios entrevistados. Toutier-Bonazzi (2006) explica que, embora as entrevistas possam acontecer em qualquer lugar, o mesmo “condiciona o depoimento colhido”. Cientes desses detalhes, decidimos pelas residências, possibilitando aos entrevistados maior liberdade, para que se sentissem mais à vontade por estar em casa, “[...]num ambiente que conhece, cercado de recordações” (p.236).

Utilizamos o modelo semidirigido, por se tratar de um meio termo entre a entrevista dirigida e a não dirigida. O modelo dirigido por ser mais direcionado e objetivo, não possibilita muita liberdade ao entrevistado, que oferece apenas as informações que o entrevistador busca. Já o modelo não dirigido, por ser livre, pode oferecer informações muito além do que o entrevistador busca, porém, o entrevistado pode se afastar do tema, além disso, esse modelo pode requerer um tempo muito maior de entrevista.

Em seus estudos Toutier-Bonazzi (2006, p.237), aponta que ao realizarmos uma entrevista é necessário encontrar o ponto comum entre o entrevistador e o entrevistado, ou seja, “[...]aquilo que interessa a ambos”. Por essas razões, optamos em uma conversa preliminar com os entrevistados para esclarecer quais os objetivos da conversa, possibilitando a busca pelas informações que interessavam a nossa pesquisa, ao mesmo tempo permitindo liberdade aos nossos entrevistados. Embora as questões da entrevista tenham sido selecionadas antes das mesmas, novas questões foram sendo levantadas à medida que outros fatos se apresentaram relevantes, e muitas entrevistas acabaram se estendendo um pouco mais. Porém, compreendemos que a “[...]a entrevista é uma relação que se insere em práticas culturais particulares e que é informada por relações e sistemas de comunicação específicos. Em outras palavras, não existe uma única ‘maneira certa’ de entrevistar” (THOMSON, 2000, p.48).

Assim, após a seleção dos participantes, seguida de uma prévia conversa, as entrevistas foram agendadas sempre com mais de um dia de antecedência, para que assim, estes pudessem se organizar. Cheguei às residências com 8 questões norteadoras, mas na medida que as conversas foram fluindo, novas foram sendo acrescidas, principalmente nos casos em que o entrevistado pouco falava e o fazia não me pareceu que era por receio de falarem, mas por timidez.

Essas questões que centralizaram as entrevistas, pautavam-se em simples perguntas, tais como:

1. Quando chegou em Paranhos?
2. De que local veio?

3. O que o atraiu para Paranhos?
4. Como era Paranhos quando chegou?
5. Que tipo de economia praticava?
6. Como era a posse da terra no período?
7. Qual era a relação entre os “brancos” e os indígenas na época?
8. Quais foram as principais mudanças que ocorreram em Paranhos nesse período?

Todos os entrevistados foram extremamente pacientes, respondendo às perguntas, não tendo medo de tocar ou relatar questões polêmicas e muitas delas não aparecem nesse trabalho, porque tratam de assuntos que diferem dos interesses da nossa pesquisa e também necessitam de maior aprofundamento. Temas como a demarcação das terras em Paranhos, tanto por posseiros, quanto por indígenas, foram obtidas nesses depoimentos, bem como detalhes relacionados à exploração madeireira oriunda do Paraguai. A necessidade de busca por diversos documentos surgiu a partir de alguns desses relatos. As fontes orais nos deram algumas pistas para também confrontarmos os documentos escritos. A soma de todo esse levantamento nos ajudou a observar como a sociedade paranhense foi se formando ao longo do tempo.

A transcrição inicial das entrevistas foram feitas de acordo com os critérios estabelecidos pela História Oral, obedecendo fielmente às falas dos depoentes. Entretanto, segundo as colocações de Meihy (1996, p.57), “[...] o que deve vir a público é um texto trabalhado, onde a interferência do autor seja clara, dirigida à melhoria do texto”, por isso optamos nesse artigo, bem como no material didático, substituir algumas palavras corrigindo erros ortográficos e de concordância, tendo no entanto, o cuidado de não alterar, nem prejudicar o sentido dessas entrevistas. Optamos em fazê-lo, primeiramente porque entendemos que essa estratégia tornaria a leitura mais fluida, segundo porque o material didático é voltado para crianças e assim nos pareceu mais apropriado fazer uso correto dessas palavras. Por essas razões, apenas as falas dos entrevistados que foram corrigidas encontram-se em itálico.

Assim, após submetermos os dados coletados aos procedimentos de análise, demos início ao processo de elaboração do material didático, apresentando os resultados de nossa pesquisa sobre parte do processo histórico de construção do município de Paranhos.

Nessa elaboração foi relevante considerarmos aspectos didáticos e historiográficos que estimulassem a formação de uma consciência histórica e emancipadora, principalmente aqueles elementos relacionados à história problema, que podem levar a uma série de reflexões sobre o processo histórico do crescimento e constituição da sociedade em questão.

Lembramos que nas escolas em Paranhos, tanto na rede municipal, quanto na estadual, o ensino de história tem início nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e a história do município está prevista para ser ministrada no 4º ano, conforme as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNS e do Referencial Curricular Municipal.

Nossa proposta partiu do pressuposto, de que, os materiais didáticos constituem uma das mais importantes ferramentas/suportes para o trabalho do professor. De acordo com Bittencourt (2005, p.296), eles ajudam no processo de ensino e aprendizagem pois “[...]são mediadores do processo de aquisição de conhecimento”. Segundo a mesma autora, os materiais didáticos podem ser suportes informativos que têm por objetivos transmitir o conhecimento de uma disciplina, no qual ela exemplifica como: os livros didáticos e paradidáticos, atlas, dicionários, apostilas, cadernos, além de produções de vídeos, CDs, DVDs, e materiais de computador como CD- ROMs e jogos.

Estávamos cientes que a elaboração de um material didático sobre a história de um município é algo bastante complexo que exige um olhar atento para evitarmos o anacronismo. Primeiramente porque ele é apenas uma materialização de uma representação histórica de uma determinada época e sociedade, algo que a narrativa historiográfica não consegue fazê-lo por completo. Ricoeur (2000, p.367) a chama de representação historiadora, algo que seria como “[...] uma imagem presente de uma coisa ausente”. Ou seja, estamos representando um passado que está distante dos sujeitos históricos do presente e como Certeau (1975, p.55) apropriadamente observou “[...] o discurso sobre o passado tem como estatuto ser o discurso do morto”. Desse modo, por mais que o historiador pergunte e analise suas fontes, submetendo-as ao exercício da interpretação crítica e reconstruindo esse passado com o máximo de cientificidade, ainda assim estará representando um passado que está morto, ausente, e ainda aberto à outras interpretações.

Por essa percepção e fundamentadas nos autores referenciados tínhamos preocupação com o desafio de representar por meio de um material didático, toda a complexidade econômica, política, social e cultural de uma sociedade como é o caso de Paranhos, sem no entanto, reproduzir uma narrativa histórica que privilegie certos atores sociais, sejam eles dominadores ou excluídos, mas que de fato represente o momento histórico daquela sociedade, ou seja, elaborar uma narrativa do passado que possa ser interpretada por seu público alvo.

Portanto, ao pensarmos na elaboração desse material, alguns elementos importantes foram considerados: como a apresentação, a linguagem, e o conteúdo abordado. Pois esta

destina-se a professores em sua maioria pedagogos e a alunos cuja média de idade é de 9 e 10 anos.

Um dos principais cuidados envolveu a apresentação dos conteúdos para os docentes e discentes, afinal a proposta é que se percebam e se sintam como sujeitos históricos, como parte da história de Paranhos, bem como seus familiares, amigos da escola, do bairro, sem incorrer numa visão positivista que privilegia conhecer os nomes e datas, os “grandes” feitos das classes dominantes, em que políticos e membros do poder local são tratados como personagens históricos, excluindo o cidadão comum. Segundo Rocha et al,

[...] as narrativas históricas devem aguçar, entre os alunos, a curiosidade acerca da passagem do tempo, ao perceberem a diversidade de situações, valores e comportamentos vivenciados pelos homens. O que se espera do estudo da história? Que cada aluno reflita sobre o lugar em que se encontra no mundo, formulando ideias sobre si e sobre os que estão ao seu redor. Em outras palavras, o exercício da memória – pensar e repensar o passado – deve possibilitar a reflexão sobre quem somos e queremos ser – nossas identidades (ROCHA et al, 2006, p.9)

Para que isso pudesse ocorrer, buscamos utilizar uma escrita bem simples, porque os alunos nessa fase, são em sua maioria crianças, ao mesmo tempo em que tentamos transparecer a seriedade e a cientificidade do trabalho, de modo que o aluno perceba que a ciência histórica é diferente da literatura infantil, tão utilizadas pelos professores nessa fase do Ensino Fundamental.

Segundo Ricouer (2000), é nessa fase que se encontra algumas das maiores dificuldades do historiador com relação ao passado, muitas vezes devido à linguagem utilizada na narrativa. Linguagem que ele destaca como importantíssima nesse processo e que nem sempre o historiador obtém êxito, pela dificuldade em reproduzir por meio da escrita os fatos tal qual aconteceram. Pois, o autor precisa saber transmitir os fatos históricos por meio de uma narrativa de modo que os seus leitores a entendam e/ou interpretem. É preciso ter o cuidado de não descrever demais tirando do leitor a capacidade de imaginar o que está escrito ou mesmo de ocorrer o contrário.

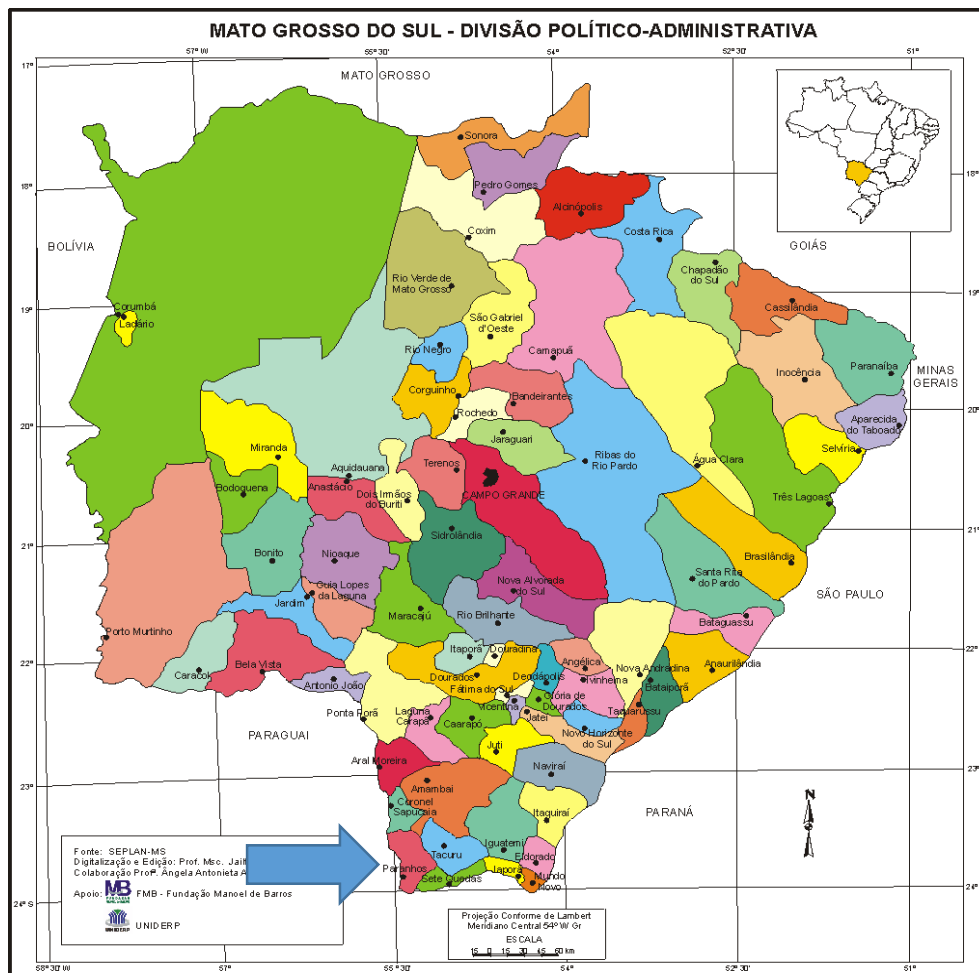
Buscamos assim elaborar um material didático que atenda aos pressupostos do referencial teórico escolhido, levando em conta também as fases de desenvolvimento cognitivo desses alunos, para que a compreensão a respeito dos fatos históricos não seja confusa e nem abstrata, algo sabiamente observado por Bloch (2001), pois “[...] a história mal-entendida, caso não se tome cuidado, seria muito bem capaz de arrastar finalmente em seu descrédito a história melhor entendida” (p.43).

2 APRESENTANDO O MUNICÍPIO DE PARANHOS

Paranhos, conforme Figura 1, está localizado no extremo sul do estado de Mato Grosso do Sul, em uma área de fronteira com o Paraguai conhecida como região “sul-fronteira”⁷. O município é caracterizado pela chamada “fronteira seca”, por não haver rios ou acidente geográfico natural que possa representar a separação entre o território dos dois países. Basta atravessar uma linha imaginária que entramos no distrito de Ypejhú, do lado paraguaio.

Seu nome homenageia José Maria Paranhos Junior⁸, o Barão do Rio Branco, diplomata influente no processo de demarcação das fronteiras brasileiras no fim do século XIX.

Figura 1: Mato Grosso do Sul – Divisão Política – Administrativa



Fonte: SEPLAN- MS

⁷ Além de Paranhos, também fazem parte os municípios de Sete Quedas, Tacuru, Coronel Sapucaia, Amambai, Laguna Carapã, Ponta Porã, Aral Moreira e Antonio João. Fonte: Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (2015, p.83).

⁸ José Maria Paranhos Júnior, mais conhecido como “Barão do Rio Branco” esteve à frente da política externa brasileira entre 1902 a 1912, como Ministro das Relações Exteriores. [...] Obteve sucesso em restabelecer o peso brasileiro no contexto internacional e, ainda, em criar um clima de concórdia com as nações vizinhas. (DORATIOTO, 2000, p.130).

Possui uma área territorial com 1.309,156 Km² e sua população é de aproximadamente 12.350 habitantes⁹, entre eles paraguaios, brasileiros indígenas e não indígenas. Conseqüentemente, o município possui uma imensa variedade cultural e linguística, que pode ser percebida em todos os lugares, incluindo o espaço escolar, que é o principal ponto de encontro desses grupos.

Mesmo com toda essa riqueza cultural, grande parcela da população sofre muito com a pobreza¹⁰. A economia é baseada principalmente na pecuária de corte, praticada em grandes propriedades rurais e também no comércio local. A agricultura familiar representa um importante setor da sociedade paranhense e é praticada por pequenos produtores em chácaras e assentamentos nos assentamentos rurais¹¹ do município criados a partir do final dos anos 1980 como São Cristóvão (1999), São José do Jatobá (1987), Beira Rio (2007), São Vicente de Paula Silva (2001), Cabeceira do Rio Iguatemi (2007) e também nas terras indígenas¹²: Arroio Corá, Sete Cerros, Paraguassú, Potrero Guaçú, Pirajuí e Y'poi (ainda não oficialmente reconhecida pelo Estado).

Apesar de ser um jovem município, em termos de emancipação política, ocorrida em 1987, alguns decretos do estado do Mato Grosso e algumas pesquisas voltadas para a história do sul de Mato Grosso do Sul, apontam que sua história não é recente. Entre os decretos, podemos citar os de concessão para a Companhia Matte Larangeira explorar a erva-mate no final do século XIX. Entre as pesquisas, podemos citar a de Santos (2002) sobre o “Forte Iguatemi”, criado na segunda metade do século XVIII, quando houve a primeira tentativa de colonização da região por parte do governo português, e a de Fabrini (1995), que menciona

⁹ De acordo com o último censo em 2010. Disponível em

<<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ms/paranhos/panorama>>. Acesso em 12/06/2017.

¹⁰ Em 2015, o salário médio mensal era de 2.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6.4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 39 de 79 e 77 de 79, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1987 de 5570 e 4589 de 5570, respectivamente. Em 2014, tinha um produto interno bruto - PIB per capita de R\$ 9631.36. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 79 de 79. Já na comparação com cidades do Brasil todo, sua colocação era de 3645 de 5570. Em 2015, tinha 86.2% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 26 de 79 e, quando comparado a cidades do Brasil todo, ficava em 2932 de 5570. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM (I) 0,588, ocupando a 77ª posição entre os 79 municípios sul-mato-grossenses. Fonte: Instituto brasileiro de geografia e estatística - IBGE <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ms/paranhos/panorama>>. Acesso em 14/09/2017

¹¹ Basicamente, o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. Fonte: INCRA

¹² TI ou terra indígenas tradicionalmente ocupadas, são aquelas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto nº 1775/96. Fonte: FUNAI

sobre Paranhos em seu primórdios, ao relatar sobre a entrada de migrantes gaúchos na região sul do estado, oriundos da Revolução Federalista no final do século XIX, que atravessavam o Paraguai e entravam no Brasil por diversas localidades, entre elas o povoamento de Ipehum¹³.

Os trabalhos desses pesquisadores e também os de Cavalcante (2013), Brand (1997), Foweraker (1977), Bittar (2009), Lenharo (1977), Fachin (2015), Albanez (2003), nos ajudam a pensar sobre como se desenvolveu a colonização e ocupação da região na qual Paranhos está inserido, um processo iniciado no final do século XIX, com a concessão do governo brasileiro, para a exploração da erva mate nativa pela Companhia Matte Larangeira¹⁴, que utilizava como mão de obra paraguaios e indígenas que habitavam a região (BRAND, 1997).

Nesse mesmo período, temos também a chegada das “frentes de expansão”, por meio da vinda “espontânea” de imigrantes paraguaios e migrantes gaúchos que “[...] tensionados por dificuldades econômicas desbravavam terras novas em busca de garantir o próprio sustento” (ALBANEZ, 2003, pp.48-49). Tratavam-se de trabalhadores que vieram em busca de terras para a sobrevivência, tornando-se posseiros, recebendo esse nome porque suas terras não eram adquiridas mediante compra, mas por ocupação, pois “[...] o que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central é a do ocupante ou posseiro” (MARTINS, 1975 p. 46).

Sobre essa questão, Foweraker explica que,

Os camponeses vão para a fronteira em busca de terras para se estabelecer, e assim proverem sua subsistência. Suprem, com suas famílias, o trabalho da limpeza da terra, cuja posse reivindicam por terem na ocupado. A viagem para a fronteira pode ser longa e perigosa, e árduo o trabalho de limpeza da terra. Mas os camponeses ouvem falar da “terra comum”, da “terra livre” ou da “terra da nação” (Keller 1973), que podem tomar para si mesmo. Avançam na esperança de conseguirem terra (FOWERAKER, 1977, p. 42).

Na década de 1930, durante o governo do então presidente Getúlio Vargas (1930- 1945), foi instituída a política econômica da marcha para o oeste, “[...] que se propunha não só garantir a efetiva integração nacional, mas povoar e explorar as imensas áreas ‘desertas’ do país”

¹³ O Patrimônio de Paranhos, antigo Ipehum, foi criado pelo decreto Nº 494 de 20 de fevereiro de 1926. Até então, tanto o povoamento do lado brasileiro, quanto o do lado paraguaio possuíam o mesmo nome. O distrito paraguaio que faz fronteira com Paranhos, ainda hoje mantém o nome de Ypejhú, que em guarani significa “pato preto”.

¹⁴ A Companhia Matte Larangeira, pertencia a família de Thomaz Larangeira, que como membro da comissão que estabeleceu os limites das fronteiras brasileiras, após a Guerra do Paraguai, percebeu a grande quantidade de Erva Mate nativa na região, obtendo do governo Federal por meio do decreto Nº 8799/1882, o arrendamento das terras da região para a exploração da mesma. (ARRUDA, 1997; ALBANEZ, 2003).

(BITTAR, 2009, pp. 252-253), como era o caso do sul do então estado de Mato Grosso¹⁵. A autora ressalta “desertas”, pois não era considerado o fato de que milhares de indígenas vivessem nessas áreas. Também sobre isso Fachin (2015), salienta que o projeto colonizador, “[...] desconsiderava os povos indígenas que habitavam esse território, de acordo com seus modos próprios de existência. E acrescenta que isso se devia [...] a dinâmica das populações nativas não foi considerada como produtora e geradora de riquezas” (p.46).

Foi nesse contexto que surgiram na região as “frentes pioneiras”. Elas tinham objetivos econômicos e, portanto, não se tratava mais da chegada de migrantes que se tornavam posseiros, mas de pessoas que vinham pela compra da terra, pois “[...] o ponto chave na implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra [...] a terra não é ocupada, é comprada” (MARTINS, 1975, p.47).

Segundo Albanez (2003, p.51), as décadas de 1940 e 1950, podem ser caracterizadas como um período de transição, nele “[...] convivendo elementos de frente de expansão e de frente pioneira quando do desfecho, os últimos ganhariam hegemonia e imprimiriam nova configuração socioeconômica à região”.

É nesse contexto da chegada das frentes pioneiras ao sul de Mato Grosso que focamos a maior parte dessa pesquisa sobre a história de Paranhos e como elas modificaram as relações socioeconômicas nesse local.

3 O FORTE DO IGUATEMI: AS ORIGENS DE PARANHOS

Embora a efetiva ação colonizadora da região onde encontra-se Paranhos tenha ocorrido apenas no final do século XIX e início do século XX com as frentes de expansão e pioneira, uma outra tentativa de povoamento já tinha ocorrido muito tempo antes, ainda no período colonial.

Pretendemos aqui apresentar de forma sintetizada um breve histórico de como isso teria ocorrido, quando na segunda metade do século XVIII, por decorrência de interesses do governo português em disputa com a Espanha pelo controle dessa região, foi criado o Forte do Iguatemi, no território que hoje pertence a aldeia Takuaraty/Yvykuarusu, mais conhecida pela população em geral como Paraguassu.

¹⁵ Pela lei complementar nº 31, no dia 11 de outubro de 1977 foi criado o estado de Mato Grosso do Sul, desmembrando-se do estado de Mato Grosso.

Atualmente encontram-se apenas ruínas do forte e embora seja considerado como sítio arqueológico¹⁶ pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde a década de 1980, existem poucas pesquisas sobre o assunto e em suma, a maioria delas trata das razões da criação e extinção desse forte. Um trabalho que nos interessou especialmente foi o de Santos (2002), porque oferece uma perspectiva que envolve as memórias dos atuais indígenas Kaiowá que vivem na localidade.

É interessante se analisarmos a dimensão da importância histórica desse fato não apenas para o local, mas também para o país, pois as definições de nossas fronteiras com o Paraguai, perpassam a história do forte, em um período em que o território brasileiro ainda era colônia de Portugal e o país vizinho, colônia da Espanha.

Próximas às ruínas do antigo forte, encontra-se a “Trincheira Kue”, uma enorme cratera utilizada pelos espanhóis durante a invasão ao forte e posteriormente pelos soldados durante a Guerra do Paraguai. São famosas as histórias entre os indígenas, segundo os quais existiria um “tesouro” escondido nela. Durante a guerra, essa trincheira teria sido utilizada por soldados paraguaios e anteriormente pelos espanhóis durante a invasão ao Forte do Iguatemi. Trata-se de uma gruta com cerca de dez metros, que cerca boa parte da aldeia. Trincheira Kue no guarani do Paraguai, significa ex-trincheira, mas os Kaiowá da Paraguassu, a chamam de Yvy (terra), kua (buraco) e rusu (grande) ou Yvykuarusu, o nome no qual a aldeia é mais conhecida por seus membros (SANTOS, 2002, p.132).

Existem muitas histórias e lendas por parte dos indígenas a respeito dessa trincheira, como a existência de ouro, tesouros e muito mistério, ela divide espaço entre o imaginário popular e os acontecimentos históricos. O fato é que a mesma, bem como o forte, também é pouco estudada e conhecida pela população não indígena. Dessa forma prevalecem muitas histórias que precisariam ser investigadas com maior profundidade, principalmente por pesquisas específicas sobre o local e suas relações históricas.

Apesar de sua importância histórica, esse espaço de memória é pouco conhecido, estudado e visitado. Muitos moradores de Paranhos desconhecem a existência dessas ruínas e de sua história, são poucos os que sabem da existência de um antigo forte naquela localidade, a maioria conhece as lendas que permeiam uma suposta trincheira que existe na aldeia. Mas

¹⁶ No cadastro do IPHAN consta com o nome de Forte do Iguatemi MS – AB- 01. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?4258>

como a área é terra indígena e as pessoas não têm livre acesso ao local, ninguém sabe ao certo do que se trata a trincheira e as ruínas do antigo forte.

O Forte do Iguatemi, oficialmente denominado Forte de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi, foi criado em 1767 com o objetivo de assegurar e expandir as fronteiras portuguesas na região, por se tratar de uma área próxima ao domínio de territórios espanhóis.

Portugal e Espanha buscavam definir as fronteiras de suas colônias sul americanas mediante os Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777). Este último reconheceu oficialmente a posse da região ao governo português. Antes disso, os dois países vinham disputando entre si as terras da região e para poder garantir o seu domínio, o governo português criou nessa localidade o Forte do Iguatemi (1767), e em outras, o de Coimbra (1775) e o de Corumbá (1778) e Miranda (1797), ambos no território do atual estado do Mato Grosso do Sul, na época província de Mato Grosso.

Segundo Santos (2002, p.55), a colônia militar de Iguatemi foi criada na margem esquerda do rio de mesmo nome “[...] servindo de base às expedições que no futuro fossem necessárias: era um atalaia contra qualquer invasão espanhola”. De acordo com ela, a criação desse forte foi apoiada e aprovada por muitas autoridades como o então presidente da província de São Paulo, Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, mais conhecido por seu título real como Morgado de Mateus.

Eles pensavam nessa região em termos estratégicos e estavam preocupados com o abandono e a falta de recursos em que se encontrava a então província do Mato Grosso, principalmente com suas fronteiras desprotegidas, fato que poderia facilitar o domínio espanhol na região, já que os mesmos buscavam aumentar seus domínios.

Suas obras de construção tiveram início em 1767, mas devido a muitos fatores como a distância e as dificuldades de acesso à capitania de São Paulo que eram desfavoráveis, na prática, o projeto nunca chegou a ficar exatamente conforme o planejado. A distância foi um dos fatores que mais dificultou o desenvolvimento dos projetos portugueses nessa região, pois se tratando da distância da província de São Paulo e dos núcleos de povoamento mais próximos, “[...] não era facilmente que se transpunha as duzentas e tantas léguas que separavam o Iguatemi de São Paulo” (SANTOS,2002, p.56).

Em seu diário de viagem¹⁷ do ano de 1774, o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, descreve como era o trajeto feito de São Paulo até a Praça de Nossa dos Prazeres do Iguatemi

Com quarenta e nove dias e meyo de viagem e paradas, cheguei a Praça de N S dos Prazeres do Rio Iगतemi no dia 30 de novembro; e destes 27 dias na navegação do Rio Tiete que tem 135 legoas; 11 dias e meyo no R. Paraná, do dito Tiete the a barra do Iगतemi em que achei 93 legoas [...] 11 dias na navegação do R. Iगतemi, com 48 horas the a Fortaleza que por todas fazem 277 legoas (Diário de viagem do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, 1774, p.18).

Por meio deste, podemos compreender que a maior parte desse percurso era feito por meios fluviais, principalmente pelos rios Tietê, Paraná e Iगतemi e a viagem durava semanas. A viagem descrita pelo Brigadeiro José Custódio, por exemplo, durou quarenta e nove dias contados entre a saída de São Paulo e a chegada ao Forte do Iगतemi. Portanto, transpor essa distância com armamentos, equipamentos, alimentos entre outros itens essenciais para o funcionamento da guarnição, em meios a essas circunstâncias acima citadas, não era nada fácil.

O projeto da fortificação originalmente tinha um formato hexagonal, mas esta nunca foi acabada, como podemos observar na figura 2. Por essa razão, aliada ao isolamento em que viviam, o forte não oferecia nenhum tipo de proteção, nem de resistência aos possíveis ataques. Tanto que a guarnição recebeu ataques dos índios Kaiowá que habitavam a região e também dos castelhanos (SANTOS, 2002).

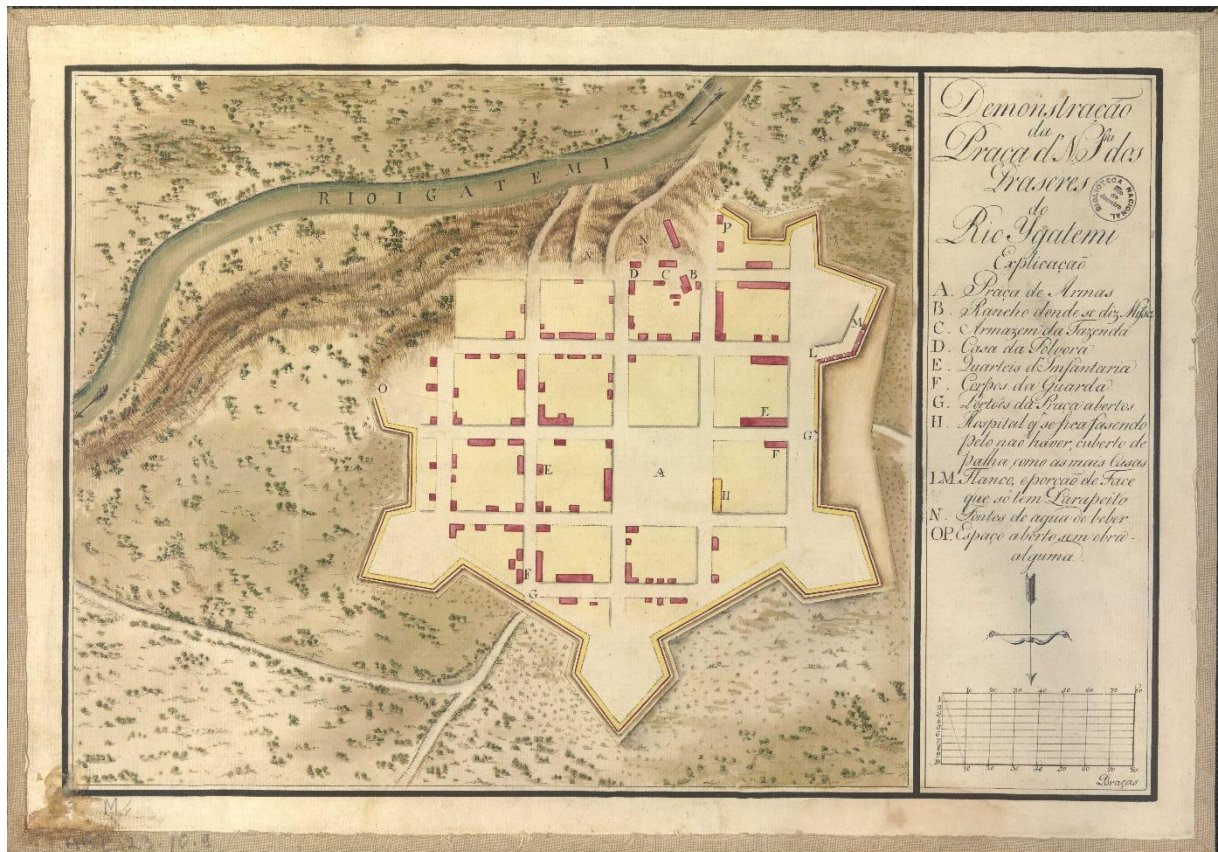
A princípio, o local teria servido de presídio. Santos (2002) nos fornece detalhes interessantes sobre o forte, “[...] a igreja estava desprovida de qualquer ornamento e era fabricada com parede de mão, e o telhado era de casca de palmito. As casas, construídas da mesma forma, tinham o teto de capim” (p.56). Essas informações nos permitem pensar na simplicidade na qual viviam as pessoas no local, inclusive utilizando matérias-primas nativas do lugar para suas construções e sobrevivência, desprovidos de luxos e isolados nessa localidade.

O forte chegou a ter mais de 300 homens, tanto que foi “[...] elevado à categoria de vila em 1771, transformando-se no mais antigo povoado do Mato Grosso meridional, e o primeiro passo para a ocupação do atual Mato Grosso do Sul” (BRAND, 1997, p.52). Mas, de acordo com o diário de viagem do brigadeiro, o local tinha tamanho para abrigar muito mais homens,

¹⁷ No site da Biblioteca Nacional Digital encontra-se o diário de viagem do brigadeiro juntamente com 23 mapas aquarelados contendo os rios percorridos e a praça do forte do Iगतemi. Disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1461595/mss1461595.pdf>. Acesso em 15/03/208

“Logo que cheguey procurei examinar a Fortaleza que achei muy grande para tas pequena guarnição pois he capaz de acomodar sem operção quatro mil homes deguarnição [...]” (Diário de viagem do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, 1774, p.18).

Figura 2: Demonstração da Praça de Nossa Senhor dos Prazeres do Rio Iguatemi



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional Digital¹⁸

Apesar dos interesses do governador da província de São Paulo, que acreditava que a guarnição serviria como ponto de “[...] penetração na América espanhola” (SANTOS, 2002, p. 68), ao que tudo indica, o governo português não tinha interesse em manter o Forte do Iguatemi, pois estaria mais preocupado que o interesse dos espanhóis estivesse voltado para o sul da bacia Platina.

Em uma carta enviada em 28 de janeiro de 1775¹⁹ ao Morgado de Mateus, o então brigadeiro, demonstra preocupação com a falta de proteção da guarnição da possível ameaça de

¹⁸ Disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543427/cart543427.jpg>. Acesso em 12/02/2018

¹⁹ Disponível no mesmo arquivo do acervo digital da Biblioteca Nacional Digital citado anteriormente.

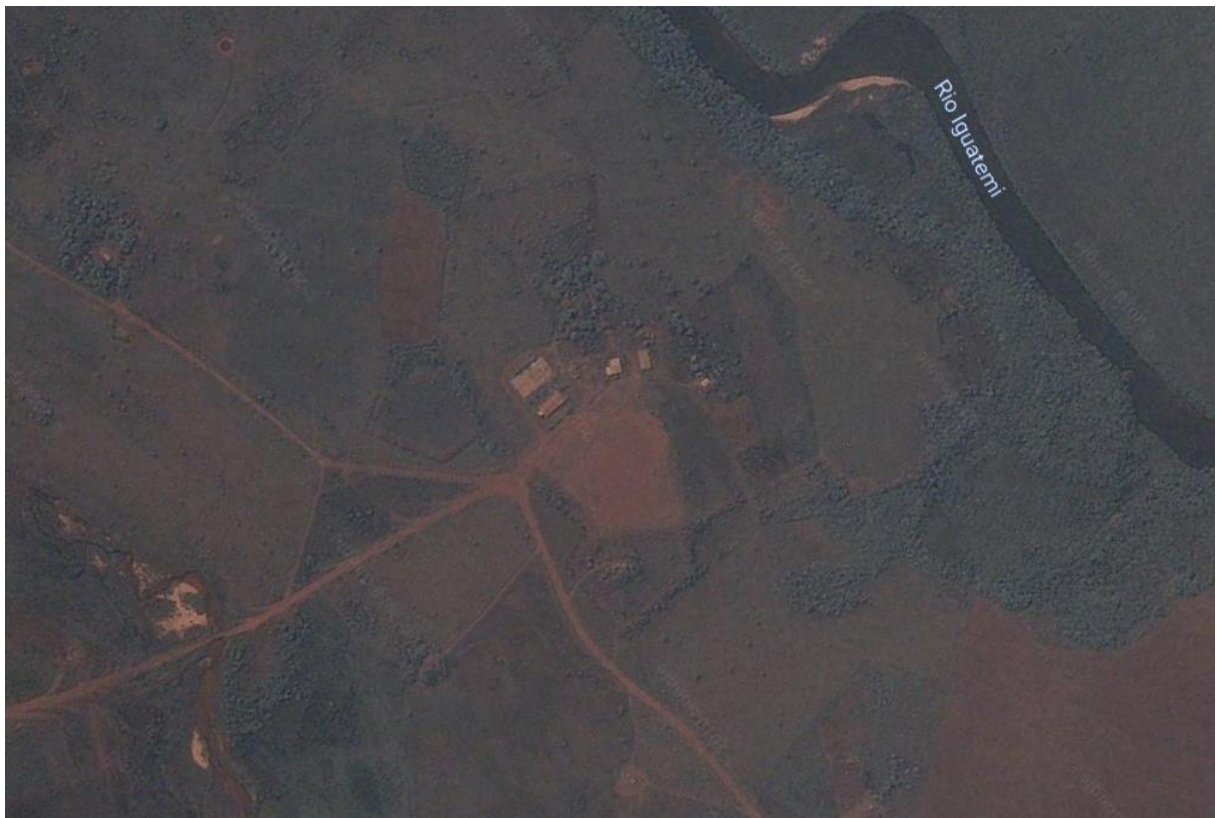
ataque dos castelhanos, solicitando mais soldados. Junto à esse pedido havia um tom suplicante por mantimentos básicos para a sobrevivência da população,

Devo lembrar a V. Ex^a. Que os mantimentos que se colhem neste districto não bastão para a sustentação da tropa [...] Os que aqui produzem melhor hé o Milho, o Feijão produz bem, [...] o não há para este anno, as repetidas chuvas o arruinarão, cahindo , e apodrecendo a flor, e há mais de hum mês que a Tropa está sem [imcompreensível] Feijão, e Toucinho, e unicamente lhe dá o milho, pelo que vivem pouco satisfeitos, e receyo deserçoens, porque fome não tem Ley e sefaz preciso que V. Ex^a [...] nos socorra de Feijão, e Toucinhos, e os remédios de Botica que pedi [...]" (Diário de viagem do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, 1775, p.177).

Percebemos que devido ao mau tempo, a produção de itens básicos de alimentação estava comprometida, devido a isso, a população necessitava urgentemente de ajuda externa, no caso do governo de São Paulo, a quem o brigadeiro respondia. Fica evidente que este já havia solicitado ajuda e deixava bem claro sua preocupação de que caso isso não ocorresse logo, muitos soldados desertariam e abandonariam o forte.

Foi por essas e outras razões como isolamento, doenças, fome e miséria, já citadas anteriormente, que o forte foi se esfacelando. Seguido de ataques de indígenas que queimaram parte das construções da guarnição, o forte caiu após um ataque de cerca de 3 mil castelhanos.

Figura 3: Imagens de satélite das ruínas do Forte do Iguatemi em 2018



Fonte: Google Earth

Após a assinatura do tratado de Santo Ildefonso em 1777, a região passou a pertencer efetivamente ao governo português. Entretanto, nem Portugal, nem a Espanha tiveram interesse em reconstruir o forte, que abandonado, foi desaparecendo e caindo no esquecimento. Posteriormente o local voltou a ser habitado pelos indígenas, ao que tudo indica pelos Kaiowá. (BRAND, 1997).

No final do século XIX, durante a Guerra do Paraguai²⁰, essa região voltou a ser palco de disputas entre países, mas dessa vez entre Brasil e Paraguai. Devido sua localização em área de “fronteira seca”, esse território servia de passagem e circulação para tropas dos dois países. Por essas razões, os indígenas que ali habitavam, foram extremamente afetados pelo conflito.

A colonização e ocupação da região voltou a ocorrer apenas no final do século XX, após a Guerra do Paraguai, com as definições e a demarcação da fronteira com esse país. A partir desse momento, ocorreu a instalação da companhia Matte Larangeira que recebeu do governo brasileiro, a concessão para a exploração da erva-mate, que englobava o território da aldeia Paraguassu. Logo em seguida, houve a chegada das frentes de expansão e pioneira.

Entretanto, o forte e sua história, caíram no esquecimento e a Trincheira Kue tornou-se mais um assunto mitológico do que histórico. O desconhecimento da existência das ruínas do forte e da trincheira pela população nos faz pensar em duas suposições: a escassez de pesquisas sobre o assunto, bem como a não divulgação das mesmas e o interesse dos indígenas que vivem aldeados hoje naquela localidade em manter esses fatos desconhecidos, por medo da intromissão “branca”.

Seraguza (2013, p.50) percebeu em sua pesquisa de campo com os Kaiowá da Paraguassu, que eles não gostam de ser questionados sobre a existência de um possível tesouro na Trincheira, ficando desconfiados. Isso pode ser relacionado com a proteção e também com o receio da perda de suas terras. Esses indígenas haviam sido expulsos delas em meados do século passado e a partir dos anos de 1970 passaram por um difícil processo de retomada, tendo o governo brasileiro homologado essa aldeia como terra indígena apenas na década de 1990 (BRAND, 1997).

Entretanto, as disputas pela posse dessas terras com fazendeiros dos arredores foi extremamente desgastante para essa população Kaiowá (BRAND, 1997; CAVALCANTE, 2013). Percebemos assim que para eles, a presença desse sítio arqueológico, bem como a sua

²⁰ A Guerra do Paraguai, ou a Guerra da Tríplice Aliança (1864 -1870), foi o maior conflito da História da América do Sul, envolvendo diretamente o Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.

divulgação, poderia não ser benéfico no processo pela manutenção da posse oficial da terra, mantendo assim o homem “branco”, distante, afinal foi justamente a chegada e permanência deste, que acabou gerando a maior parte dos problemas pelos quais esses indígenas enfrentaram.

4 A PRESENÇA DOS GUARANI E KAIOWÁ EM PARANHOS

Paranhos, é o segundo²¹ município de Mato Grosso do Sul, com maior proporção de população indígena (35,7%). De acordo com o último censo, o número deles no município corresponde a 4.404²² pessoas, o total da população é de cerca de 12.350²³. Seria impossível, escrever qualquer coisa sobre Paranhos deixando-os de lado, pois encontram-se em todos os lugares: nas escolas, no comércio, na política, nos esportes, mas infelizmente muito pouco na história local.

Os indígenas que vivem no território paranhense pertencem a etnia Guarani e Kaiowá, embora sejam constantemente relacionados como os “Guarani Kaiowá”. Sobre essa questão, Cavalcante explica que,

[...]em Mato Grosso do Sul vivem os Kaiowa e os Guarani Ñandeva. É muito comum ouvir pessoas de vários meios sociais, incluindo a imprensa, acadêmicos e governos, referirem-se a estes grupos como sendo Guarani-Kaiowa, conotando a ideia de que os Guarani Ñandeva e os Kaiowa são um mesmo grupo étnico. No entanto, somente os Ñandeva é que se autodenominam como Guarani. De fato, o que se tem são dois grupos distintos que frequentemente, a contragosto, são tratados como se fossem um. A única exceção para isso está em seu uso político. Quando é politicamente interessante, como expressão de uma luta comum, as lideranças utilizam o designativo Guarani Kaiowa (CAVALCANTE, 2013, p. 21).

Encontram-se distribuídos em seis territórios indígenas ou TI²⁴: Takuaraty/Yvykuarusu ou Paraguassu (Kaiowá), Potrero Guaçu (Guarani), Sete Cerros (Guarani e Kaiowá), Arroio Korá (Guarani), Ypo’i (Guarani) e Pirajuí (Guarani), como podemos observar na figura 3. Alguns desses territórios já foram demarcados, outros estão em processo de demarcação, homologados, entretanto, trataremos dessas questões um pouco mais adiante.

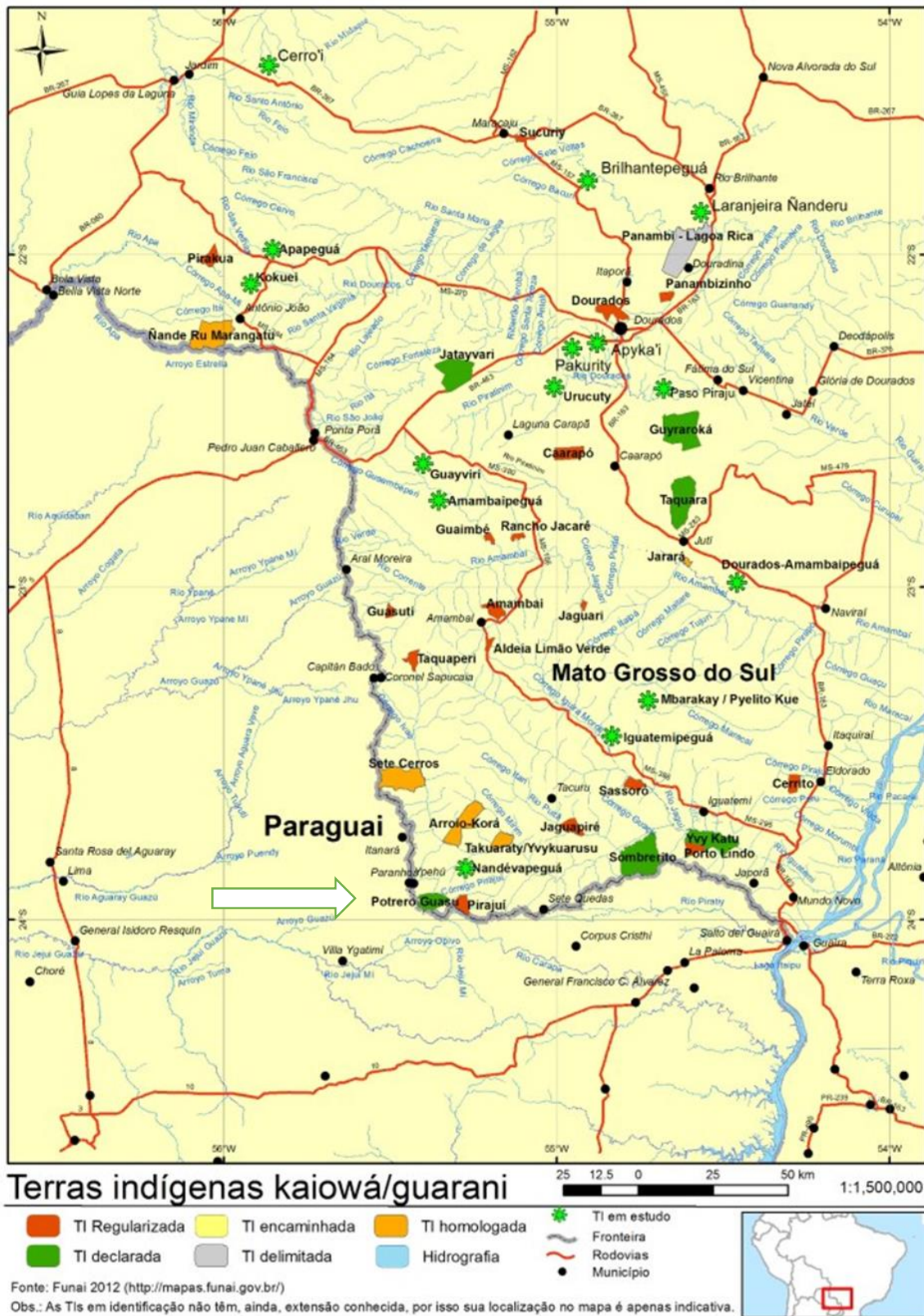
²¹ O primeiro é Japorã com 49,4% de proporção da população indígena. Fonte: IBGE, censo indígena 2010. Disponível em <ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em 23/05/2018

²² De acordo com o último censo em 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ms/paranhos/panorama>>. Acesso em 12/06/2017.

²³ De acordo com o último censo em 2010. Disponível em <www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em 14/06/2017.

²⁴ TI: Terras Indígenas de acordo com as informações da FUNAI

Figura 4: Terras Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul



Fonte: FUNAI. Disponível em <http://mapas.funai.gov.br>

As pesquisas de Brand (1997) e Cavalcante (2013), nos ajudam a compreender muito a questão indígena diante do processo de ocupação da região sul do estado de Mato Grosso do Sul, mesmo nos tempos de Mato Grosso. Eles nos apresentam também, muito sobre a história desses povos, sua trajetória diante do quadro de colonização da região, seus conflitos e consequências.

Segundo esses pesquisadores, os Guarani e Kaiowá, ocupam um território tradicional que “[...] localiza-se pelo menos entre toda a região do Rio Apa, Serra de Maracaju, dos rios Brilhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a da fronteira com o Paraguai, mas já há referências de Kaiowá localizados em outras regiões, como na bacia do Rio Miranda, por exemplo” (CAVALCANTE, 2013, p. 22). De acordo com a figura 4, podemos compreender melhor a descrição anterior.

Figura 4: Municípios com áreas indígenas por etnia em Mato Grosso do Sul



Fonte: Blog Mato Grosso do Sul História e Geografia. Disponível em <http://mato-grosso-do-sul-historia-geografia.blogspot.com.br/2015/09/a-populacao-indigena.html>

Após a Guerra do Paraguai (1864-1870), ocorreu a demarcação definitiva das fronteiras entre Brasil e Paraguai, porém, no entendimento dos Guarani e Kaiowá, essa linha fronteiriça que separa o território destes dois países é inexistente, tendo em vista que o

modelo territorial indígena é diferente do não indígena, não possuindo limites fronteiriços, assim, os índios transitavam entre esses territórios como se fossem apenas um.

Ainda hoje, parece difícil para os Guarani e Kaiowá entenderem a presença dessa fronteira. Exemplo disso, é o relato de um professor indígena sobre o caso recente de um pequeno menino nascido na Reserva da Pirajuí, tendo sido levado pelos pais para uma aldeia no Paraguai, acabou ficando órfão e retornou para o seu local de nascimento. O menino não possuía documentação brasileira, nem paraguaia e por isso encontrava dificuldades em receber assistência básica à qualquer cidadão, como escola e atendimento médico. No entanto, lideranças da Pirajuí lutavam para que essa situação fosse resolvida o mais rápido possível. Afinal, são os “irmãos” Guarani, não importando assim se são brasileiros ou paraguaios.

Na época em que ocorreu a demarcação das fronteiras entre os dois países, foi criada uma comissão para realizar essa função e nesta, encontrava-se Thomáz Laranjeira, que percebendo a enorme quantidade erva mate nativa na região, solicitou junto ao governo imperial o direito de concessão para arrendamento e exploração dos ervais (ALBANEZ, 2003, p.30).

Dessa maneira, sua empresa, a Companhia Matte Laranjeira, recebeu entre 1882 e 1943 a concessão para explorar a erva-mate²⁵ nativa, planta extensivamente encontrada na região sul do estado de Mato Grosso, justamente na área que abrangia as terras indígenas Guarani e Kaiowá. Segundo Brand (1997) apesar de que a “[...] colheita da erva foi responsável pelo deslocamentos de inúmeras aldeias, em função da exploração do ervais “[...] a Cia Matte Laranjeira não estava interessada, naquele momento, na disputa pela propriedade da terra” (p. 5).

Nas primeiras décadas do século XX, a empresa conseguiu ampliar ainda mais suas áreas de concessões. Embora grande parte da mão de obra utilizada pela empresa fosse a paraguaia, houve também a participação de indígenas na exploração da erva, “[...]inclusive a localização de várias Reservas indígenas demarcadas até 1928 se deve ao fato de serem acampamentos, ou locais de trabalho da Cia Matte Laranjeira” (BRAND, 1997, p.62). Assim, algumas reservas como a Pirajuí, estavam “[...]localizadas e demarcadas em locais de concentração de índios em função dos trabalhos na colheita da erva-mate” (BRAND, 1997, pp.62 -63).

²⁵ A erva-mate (*Ilex paraguariensis*), é uma planta nativa da América do Sul. Pode ser consumida como chá mate (quente ou gelado), chimarrão ou tereré no Brasil, no Paraguai, na Argentina, no Uruguai, na Bolívia e no Chile.

Mesmo com diversos indicativos da exploração, opressão e miséria no qual estavam submetidos os trabalhadores dessa empresa (ARRUDA,1997), a mesma era vista na época como “[...] elemento positivo, civilizatório” (ALBANEZ, 2003, p.32). Sendo considerada a presença desta como sinônimo de desenvolvimento para a região, pela questão da empregabilidade e por se tratar de uma grande empresa, sem no entanto considerar os problemas acima destacados (LENHARO, 1986, p.63).

Todavia, é difícil dizer com exatidão qual foi a participação dos indígenas na exploração da erva mate por essa companhia. Brand (1997, p.72), afirma que faltam referências “[...] mais consistentes sobre a participação indígena” nesse processo em toda a região. Possivelmente porque estavam ocultos entre os paraguaios “[...] falando a mesma língua e com costumes aparentemente próximos” (ibidem, p.72).

No final do século XIX, com o advento da República no Brasil, a política fundiária definida pela Constituição de 1891, passou “[...] para a competência do estados, que significou transferência de poder às oligarquias regionais” (ALBANEZ, 2003, p.30). Assim como ressalta o autor, o Estado ao ter o poder de comercializar essas terras, passou a beneficiar muitos “[...] grupos ligados a chefes políticos que se revezavam à frente do estado” (ibidem, p.31). A então Constituição, não mencionava nenhum direito aos povos indígenas que continuaram excluídos, sem direito a nenhum tipo de cidadania.

Em razão dessas mudanças na legislação, a Companhia Matte Larangeira, foi extremamente beneficiada e passou a expandir ainda mais os seus domínios sobre a região, a venda e distribuição das terras passou a beneficiar muitos grupos ligados à política estadual e as terras indígenas foram consideradas devolutas, sendo vendidas pelo estado sem considerar a presença, nem o direito desses povos sobre as terras que habitavam. (BRAND, 1997; CAVALCANTE 2013; ALBANEZ, 2003).

No início do século XX, o governo brasileiro demonstrava cada vez mais interesse na ocupação do “extremo vazio”²⁶ do interior do país, principalmente nas regiões de fronteira, pois ocupá-las representava também garantir efetivamente a posse das terras demarcadas após a guerra com o Paraguai.

²⁶ Grifos meus, pelo fato de que a região era vazia do ponto de vista da ausência de “brancos”, como são chamados os não índios pelos índios, sem levar em conta a presença maciça de indígenas que há séculos já habitavam as terras da região, conforme assunto discutido anteriormente.

Com a ajuda do Serviço de Proteção ao Índio²⁷ (SPI), o governo republicano criou na região entre 1915 e 1928, oito áreas para “confinamento” de índios Guarani e Kaiowá, chamadas de “Reservas²⁸”, com o objetivo de retirá-los de suas terras e assim liberá-las para a entrada de colonizadores. Uma delas fica em Paranhos, trata-se da aldeia Pirajuí, criada pelo Decreto Estadual Nº 825 de 1928 com 2.000 ha.

A proposta inicial era a de que cada Reserva possuiria uma área de pelo menos 3.600 ha, no entanto, a maioria possuía no máximo 2.000 ha. Tornando-se territórios pequenos e insuficientes para comportar a grande quantidade de indígenas que foram confinados nelas. Muitas delas nem sequer correspondiam as suas terras tradicionais (CAVALCANTE, 2013, p. 85).

Não havia preocupação do SPI ou do governo se essas terras seriam suficientes para esses povos futuramente, tratava-se de tirá-los do caminho, abrindo assim espaço para a colonização da região, colocando-os sob o controle do Estado e tornando-os mão de obra barata. Além disso, não foi considerada a diversidade étnica dos Guarani e Kaiowá, colocando-os muitas vezes nas mesmas reservas, sem respeitar suas diferenças.

Na década de 1930, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, a campanha da Marcha para o Oeste, visava a ocupação do interior do país. Havia nesse projeto, o interesse de ocupar as regiões de fronteira, especialmente a do sul do Mato Grosso, propositalmente na área de concessão da Cia Matte Larangeira e por conta disso, aos poucos esta foi perdendo seus direitos de concessões e territórios.

Essa política de colonização getulista, com o objetivo contribuir para a ocupação nessa região e fortalecer as fronteiras, determinou que fossem criados no sul do estado, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, CAND e o Território Federal de Ponta Porã, no qual Paranhos fazia parte, inicialmente como patrimônio e posteriormente como distrito.

Diante da Campanha Marcha para o Oeste, Lenharo (1977) problematiza que os indígenas, “[...] acarretavam pelo menos dois sérios dilemas para a política colonizadora: como ficariam suas terras e como eles participariam da empreitada da colonização através de seus trabalhos?” (p.51). Ou seja, o projeto colonizador não apresentava planos claros com relação

²⁷ O Serviço de Proteção ao Índio, SPI, foi criado pelo decreto 8. 072 em 1910 e extinto em 1967 dando origem a Fundação Nacional do Índio ou FUNAI.

²⁸ Existe diferença entre reserva e aldeia indígena. As Reservas foram áreas demarcadas pelo SPI entre 1915 e 1928, no qual houve um processo de confinamento de indígenas nessas áreas. Já as aldeias consistem num espaço natural onde “[...] efetivamente, o espaço onde se fundem terra, território, subsistência, relações sociais e festas religiosas” (BRAND, 1997, p.24).

ao que aconteceria com as populações indígenas que viviam no interior e nem com suas peculiaridades étnicas. Situação que observamos se repetir ao longo das décadas seguintes.

4.1 O impacto da chegada das frentes pioneiras na vida dos Guarani e Kaiowá em Paranhos

Para os Guarani e Kaiowá, a concepção de território tem uma ligação profunda com a sua história, ancestrais, modo de vida, e com seus “tekoha” (BRAND, 1997, CAVALCANTE, 2013). Crespe (2015) nos oferece uma significativa definição do conceito de tekoha:

Para a introdução, apresento o significado de tekoha, a partir da etimologia da palavra. Teko significa modo de ser e ha é um indicativo de lugar. Assim, o uso mais comum do termo é para se referir a um lugar onde se viveu, se vive ou se pode viver o teko, o modo de ser kaiowá. Este modo de ser não pode ser de qualquer jeito; muito pelo contrário, o modo de ser que os Kaiowá e os Guarani se referem é o bom modo de ser (modo reto, certo), chamado de teko porã (p.25).

Dessa forma, os impactos da colonização branca sobre esses povos não foram apenas sobre as suas terras, mas também em seu modo de vida próprio, algo que Brand (1997) discute profundamente em sua tese.

Os diversos projetos colonizadores citados anteriormente, vinham impactando de diversas maneiras a vida dos Guarani e Kaiowá que viviam nessa região da fronteira, onde hoje encontra - se Paranhos. Entretanto, foi a partir da chegada das frentes pioneiras nas décadas de 1940 e 1950 que esses impactos se intensificaram.

Segundo Brand (1997, p.93), na década de 1950 se intensificaram os processos de destruição das aldeias, “[...] sendo que as expulsões dos restos de aldeias, ocorreram especialmente durante a década de 1970”, principalmente com o estabelecimento das fazendas para a criação de gado. A exploração madeireira foi abrindo clareiras, que logo em seguida se tornariam propícias para a prática da pecuária.

Nesse momento, a presença dos indígenas nessas áreas incomodava cada vez mais, principalmente os donos de grandes propriedades rurais. Foram diversos os conflitos entre os dois grupos, e muitas vezes, extremamente violentos. Podemos perceber os efeitos dessas afirmações de Brand em Paranhos, por meio do relatório de identificação e delimitação da TI Potrero Guaçu²⁹ feito pelo antropólogo Rubem Tomaz de Almeida:

²⁹ Em algumas fontes encontra-se com a grafia Potrero Guasu, mantive da forma como consta nos registros da FUNAI.

[...] constatada a presença de índios o novo ‘proprietário’ da terra ou os expulsos de imediato ou depois de utilizar sua força de trabalho para beneficiar a propriedade. Expulsão pode vir procedida de avisos e ameaças. Se ineficazes, seguem-se atos de violência: indivíduos remunerados pela fazenda e não raro armados, forçam homens, mulheres e crianças a subirem em caminhões para serem despejados distante das fazendas (Processo FUNAI/BSB/1767/98)³⁰.

A colonização em Paranhos se intensificou a partir dos anos 1960, com a exploração madeireira e a criação de gado. Nesse período, o fluxo das frentes pioneiras aumentou, com a chegada de dezenas de famílias paranaenses, atraídos principalmente pela madeira abundante no Paraguai. Nessa mesma década o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA³¹ iniciou a regularização das terras dos posseiros na chamada “Gleba Paranhos”, e parte delas estavam em áreas tradicionalmente indígenas.

Em 1968, instalou-se nas terras da Pirajuí, a Missão Evangélica Alemã, a Deutchs Indianer Pioneer Mission. Segundo as pesquisas de Brand (1997), Cavalcante (2013) e Santos (2002), a missão também influenciou no processo de confinamento de indígenas, na medida em que “[...] foram os missionários que pressionaram, mediante a oferta de melhor assistência à saúde dentro das reservas” (BRAND, 1997, p.102). Receberiam assistência dos missionários, somente os indígenas que estivessem dentro da reserva, o que teria levado muitos que viviam em outros locais, a se transferirem para lá com suas famílias.

Os indígenas do tekoha Potrero Guaçu, se enquadram nesse caso e também no dos que foram levados a viver na reserva da Pirajuí. Do ponto de vista do governo e sociedade da época e não muito obstante ainda hoje, o índio não era visto como parte de único povo, não levando em conta suas peculiaridades culturais, religiosas e linguísticas. Assim, essas populações sofreram muitos conflitos internos ao se verem obrigadas a dividir os mesmos espaços com outros povos indígenas, mas com práticas culturais totalmente diferentes das suas, situação que se reforçava pelo espaço reduzido que dividiam.

Isso fica bastante evidente nas pesquisas de Benites (2014), quando relata o quanto essas questões afetaram as “famílias extensas ou *te’yí*”³² e que “[...] antes de se assentarem na reserva/aldeia de Pirajuy, residiam e viviam longe umas das outras” (p.43). Segundo o autor,

³⁰ Processo que trata da criação da aldeia Potrero Guaçu junto a FUNAI.

³¹ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ou INCRA, é um órgão governamental responsável pela regularização da posse das terras em território nacional.

³² Cavalcante (2013) explica que “as famílias extensas constituíam as unidades socioeconômicas básicas entre os Guarani, exploravam as terras e as áreas de caça e pesca. Habitavam grandes casas comunais – as *te’yí óga* – que comportavam de dez a sessenta famílias nucleares. A inclusão de novos membros se dava por meio do casamento das mulheres com membros de outras *te’yí*” (p.59)

muitas famílias do tekoha Potrero Guaçu que se deslocaram para a reserva, entraram em conflito com as da Pirajuí, o que resultou em um processo de “[...] retorno da família extensa ao território tradicional (tekoha) Potrero Guasu” (BENITES, 2014, p.120).

Esse processo resultou nos anos de 1990, na retomada de territórios que incluía parte da Gleba Paranhos em Taquaperi, vila situada próximo à cidade de Paranhos como veremos em seguida, então demarcada pelo INCRA em favor de posseiros e também fazendeiros. Por meio de análise antropológica, houve o reconhecimento oficial do Estado de que essas terras eram tradicionalmente pertencentes à esses indígenas no que hoje consiste a aldeia Potrero Guaçu.

Atualmente, as terras indígenas do município encontram-se em diferentes processos de reconhecimento junto à FUNAI e ao Ministério da Justiça. Como podemos observar no quadro 1.

Quadro 1: Situação das terras indígenas em Paranhos - MS

TERRA INDÍGENA	ETNIA	SUPERFÍCIE (há)	POPULAÇÃO	FASE DO PROCEDIMENTO
Arroio – Korá	Guarani Kaiowá	7.175,7747	652	Homologada ³³
Pirajuí	Guarani Nhandeva	2.118,2325	2031	Regularizada ³⁴
Potrero Guaçu	Guarani Nhandeva	4.025,0000	725	Declarada ³⁵
Sete Cerros	Guarani Nhandeva e Kaiowá	8.584,7213	378	Homologada
Takuaraty/ Ivykuarusu ou Paraguassu	Guarani Kaiowá	2.609,0940	592	Homologada

³³ Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial. (Fonte: FUNAI)

³⁴ Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União. (Fonte: FUNAI).

³⁵ Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização de dos marcos e georreferenciamento. (Fonte: FUNAI).

Ypoi/ Triunfo	Guarani Nhandeva	19.756,000	Sem dados do IBGE	Delimitada ³⁶
Dados da FUNAI: em março de 2018.				

5 QUANDO TAQUAPERI ERA MAIOR QUE PARANHOS

As fontes orais, como nos relatou Joutard (2000), podem nos desvelar detalhes e fatos desconhecidos que muitas vezes não constam em documentos e que poderiam passar despercebidos durante o trabalho de pesquisa. Nosso conhecimento sobre a história da vila de Taquaperi ocorreu justamente dessa maneira. Foi durante o processo de entrevistas, quando buscávamos explicações ainda iniciais sobre a formação da sociedade local, que pudemos perceber a importância histórica desse lugar, hoje uma vila tão empobrecida.

Taquaperi, como é mais conhecida, é um pequeno e antigo povoado que encontra-se a pouco menos de 10 quilômetros da cidade de Paranhos, município ao qual pertence. Atualmente nela, residem cerca de 65 famílias. Possui igreja, escola, sendo que a última encontra-se desativada.

Alguns depoimentos relatam que esse povoado, nos anos 1970 e 1980, era muito maior e mais movimentado do que o então distrito Paranhos, isso fica evidente no trecho abaixo, quando nosso entrevistado, um migrante paranaense, descreve suas primeiras impressões do povoado, quando passava de mudança com sua família por ele, que era ponto de passagem ao seu destino, Ypejhú no Paraguai:

E-4: Pelo menos quando *nós passamos* com a mudança, ela já era uma vilinha boa, bem mais, parecia mais ser mais uma vila do que ali (*Paranhos*), porque lá, quando vindo de lá pra cá, entrava lá em Taquaperi e saía de novo na estrada ali. Era um casa atrás da outra, tinha serraria, tinha comércio, tinha, era bem desenvolvido, dez vez mais que Paranhos.

Percebemos que lhe chamou a atenção o fato de que Taquaperi era bem mais desenvolvida que o núcleo urbano de Paranhos. Enquanto este possuía algumas dezenas de casas, a vila possuía número superior de moradores, escola, igreja, madeireiras, farmácia, sorveteria, sendo socialmente bastante movimentada. Isso fica ainda mais nítido, quando o

³⁶ Terras que tiveram os estudo aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena. (Fonte: FUNAI)

mesmo entrevistado juntamente com sua esposa, descrevem como era Paranhos na época que chegaram:

E-3: aqui era só um miolinho assim.

E-4: [...] aqui essa quadra ali, a quadra da creche, ali da escola, era mato, não tinha uma casa, aqui também era puro mato, então graças a Deus como diz o outro a cidade desenvolveu um pouco, só que deu um nó lá no Taquaperi e desenvolveu ali e lá acabou.

Fica evidente também que com o tempo houve uma inversão no processo de desenvolvimento desses dois povoados. Isso ocorreu a partir da década de 1980, com a intensificação da exploração madeireira no Paraguai que passou a atrair cada vez mais migrantes paranaenses que se instalavam no núcleo urbano de Paranhos, que era por onde a madeira oriunda de Ypejhú entrava em território brasileiro. Dessa forma, o distrito foi crescendo tanto populacional, quanto economicamente, obtendo por consequência subsídios para sua emancipação do município de Amambai, em 1987. Entretanto, a vila de Taquaperi não acompanhou esse mesmo desenvolvimento.

Soma-se também a essas questões, a demarcação da aldeia Potrero Guaçu em parte das terras próximas à vila nos anos de 1990, levando dezenas de famílias a serem reassentadas em outra localidade do município. Foram mudanças significativas que aos poucos foram impactando economicamente o local, levando muitas pessoas a se mudarem em busca de melhores condições de vida.

É difícil compreender com precisão quando ocorreu o surgimento de Taquaperi. Porém, podemos identificar pelo relato de moradores que o local é antigo, como o de uma entrevistada nascida naquela localidade na década de 1930. A mesma é descendente de uma família de migrantes do Rio Grande do Sul, que não sabe com exatidão quando seus avós teriam chegado, mas que teriam vindo por causa de uma guerra:

E-1: Então, eu nasci naquela região de Taquaperi ali. [...] Meu pai é de descendência do Rio Grande, dos gaúchos [...] a minha tia me contava que eles vieram pra cá foragidos da guerra, eu aquele tempo tinha 7, 8 anos.

Possivelmente a guerra ao qual ela se refere é a Revolução Federalista em 1893. Esse conflito levou centenas de gaúchos a abandonarem o Rio Grande do Sul no final do século XIX, em busca de outros locais para sobreviverem. Principalmente aqueles onde a terra era farta,

como era o caso do extremo sul de Mato Grosso. Podemos compreender melhor essas questões por meio das pesquisas de Fabrini (1995):

A existência de campos propícios à pecuária e formações ervateiras foram informações levadas pelos combatentes da guerra e por aqueles que haviam chegado ao sul de Mato Grosso do Sul, antes da Revolução Federalista, além de saberem que lá prosperava a indústria ervateira de um gaúcho (Tomaz Laranjeira), atraídos, se dirigiram para aquela região (p. 35).

Segundo o autor, esses migrantes vinham em comitivas pelo Paraguai e entravam no Brasil por diversas localidades, entre elas Paranhos, na época conhecido como povoação de Ipehum³⁷:

Em vários municípios do Rio Grande do Sul, eram organizadas comitivas, principalmente em São Borja e São Luiz Gonzaga. Vinham a pé, a cavalo ou em carretas, e entravam em Posadas, atravessavam o Rio Paraná, alcançando Encarnación, onde a maioria seguia por Villa Rica e San Pedro entrando no Brasil por Ipehum. Outros seguiam até Asunción e Concepción, entrando pela picada de Chiriguelo em Ponta Porã, e daí para Bela Vista, Miranda, Aquidauana e Campo Grande (FABRINI, 1995, p.35).

Muitos desses migrantes, após entrarem em território brasileiro, seguiam caminho para outras regiões da província, entretanto, tudo indica que alguns teriam permanecido nessa região, como seria o caso da família da nossa entrevistada. Esses grupos fazem parte das “frentes de expansão”, pois o migrante chegava e em meio à abundância de terras (embora devolutas) tornava-se posseiro, porque a posse da terra não era definida pela compra (ALBANEZ, 2003). Embora Fabrini (1995, p.35) ressalte que “[...] as reivindicações dos migrantes pela posse da terra eram constantes” e que quase nunca as obtinham, porque o Estado era sempre favorável a Companhia Matte Larangeira, que possuía a concessão de boa parte das terras do sul da província do governo desde 1892.

Embora Paranhos estivesse nessa área de concessão da companhia, não podemos afirmar com exatidão se esse caso se repetiu aqui, pois nenhum de nossos entrevistados comentaram algo do tipo sobre o assunto e não tivemos acesso a informações que nos levassem a acreditar que de fato isso ocorreu. As disputas de terras sem dúvidas aconteceram, mas se deu principalmente com os indígenas, conforme já discutimos anteriormente.

A exploração da erva mate se constituiu uma das primeiras atividades econômicas desenvolvida em Taquaperi e durante muito tempo, foi ela a principal. Isso é evidenciado

³⁷ Até 1926, Paranhos era nomeado como povoamento de Ipehum, mesmo nome da cidade vizinha do lado paraguaio, que ainda hoje se chama Ypejhú. Utilizei a grafia Ipehum em conformidade com os documentos da época.

quando um dos nossos entrevistados, um ex-posseiro, ex-ervateiro e ex-político, nascido e criado naquela localidade, explicita:

E-2: Erva mate era um primeiro recurso, e depois quando naquela época nosso recurso era só a erva mate, deu muito, meu vô que comprava tudo a erva e entregava na cooperativa em Amambai.

P: Era erva nativa?

E-2: Nativa, e pra comer feijão e arroz, cada um plantava.

Assim como seu avô, nosso entrevistado também praticou a economia ervateira durante muito tempo. Em nossa conversa podemos perceber que ele possui um conhecimento muito amplo sobre todo o processo de produção desta. Em sua chácara, localizada em Taquaperi ainda encontramos vestígios desse período, como um carijo³⁸, embora não mais utilizado.

Nossa conversa acabou resultando em uma das propostas de atividades da nossa cartilha, sobre a erva-mate. Posteriormente, em outro momento, o filho de nosso entrevistado, que atualmente é professor, mas que trabalhou muito tempo com a erva, se ofereceu para produzir um pequeno carijo e fazer uma demonstração na escola para os alunos, de como a erva-mate é processada para ser consumida. Possibilitando assim, futuramente, oportunidade aos alunos de conhecerem como é feita a produção da matéria-prima de uma das bebidas mais consumidas em Paranhos: o tereré³⁹.

Nos dias atuais, quase não se encontra mais erva mate nessa região, pelo menos não mais a nativa, tanto que é comum muitas pessoas não conhecerem tal planta, nem como era/é feito o processo de sua produção. Daí a necessidade de recuperar as memórias de algo historicamente tão importante para essa localidade.

Apesar de toda essa importância econômica e histórica, não apenas para Taquaperi, mas também para o distrito de Paranhos de um modo geral, não foi a erva mate a atividade econômica que mais contribuiu para o crescimento da vila e sim a atividade madeireira, impulsionada pelas frentes pioneiras nas décadas de 1950 e 1960.

A maioria das famílias que moravam nos arredores da vila de Taquaperi eram posseiros e a necessidade de regularização dessas terras, se fazia cada vez mais necessária. Coincide que

³⁸ O Carijo “[...] é um método totalmente artesanal, mais ainda utilizado para a produção de erva-mate [...] compreende uma instalação de madeira [...] construído no interior dos ervais ou próximos aos cursos d’água e que podem ser completados com um telhado ou proteção. O jirau de varas tem em torno de 1,50 m de altura, sendo a fogueira realizada no chão, fazendo com que o calor a fumaça circulem pelos ramos” (LUZ, 2011, p.42).

³⁹ Bebida extremamente consumida em todo o estado de Mato Grosso do Sul e também no Paraguai. Seu preparo envolve a erva – mate e água gelada, lembra uma versão fria do chimarrão, embora o processo de produção seja o mesmo, a erva para o consumo do tereré é preparada diferentemente da do chimarrão.

nesse mesmo período, na década de 1960, houve um aumento das discussões sobre a questão agrária em nosso país. Com relação à essa questão, Fachin nos explica que,

Nesse contexto foi criada, em 1962, pelo governo federal a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), encarregada de executar a reforma agrária. O órgão absorveu as atribuições do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC)⁹⁶ e do SSR, que haviam sido criados no bojo das discussões sobre a extensão rural no Brasil, cujos intentos eram organizar as comunidades rurais. (FACHIN, 2015, p. 59).

É nesse contexto que o INCRA iniciou a demarcação da “Gleba Paranhos”. Esta fazia parte do Projeto de Assentamento Rápido de Colonos (PAR), vinculado ao Projeto Fundiário Dourados, que buscava beneficiar 1.200 famílias de agricultores, entre ocupantes de 200 lotes rurais e 1.000 lotes urbanos, incluindo dois núcleos urbanos (Paranhos e Taquaperi) cujas posses em alguns casos, já tinham iniciado há mais de 10 anos.

Essa área estava arrecadada e matriculada em nome da União, situada no município de Amambai, no qual Paranhos era distrito. Analisando o processo conduzido pelo INCRA⁴⁰, identificamos nos relatórios que, por diversas vezes, fica evidente a urgência da regularização dessas terras, pela sua localização em área fronteiriça e por causa das tensões sociais que ocorriam há tempos, pela falta de titulação destas. Entretanto, não fica claro se essas tensões ocorriam entre os próprios posseiros ou com os indígenas.

Ocorre que o peticionário procura resolver as situações existentes na área, dando destinação fundiária legal aos ocupantes dos lotes, acabando a tensão social reinante pela falta de posicionamento definitivo das famílias ali localizadas e para evitar novas invasões, através do INCRA, órgão Federal criado para promover a colonização oficial, notadamente em se tratando de área situada na faixa de fronteiras (Processo INCRA/CR – 08/3604/81, p.131).

Portanto, tratava-se de “[...] documentar e regularizar através da titulação os ocupantes das mesmas, com o intuito de tranquilizá-los e conceder a esses agricultores o acesso às instituições de crédito, para fomentar maior produção” (idem, p.33). Podemos perceber que a falta de titulação não apenas gerava conflitos entre os posseiros, como também dificultava seu acesso a financiamentos necessários para a melhoria e aumento da produção agrícola.

Também era solicitado pelo Projeto Fundiário Dourados, que as terras de pequeno e médio porte, fossem destinadas a agricultores sem terras ou pequenos agricultores, “[...] comprovados, buscando enquadrá-los em lotes de modelo familiar” (idem, p.33). Isso porque,

⁴⁰ Processo INCRA/CR – 08/3604/81 regularizou com a titulação, a posse dos lotes da Gleba Paranhos.

a maioria dos lotes em mãos desses posseiros configurava como pequena propriedade rural, o que popularmente chamamos de “chácaras”. Entretanto, é importante ressaltar que na época esse caso se restringia à gleba em questão, pois a maior parte das terras do distrito de Paranhos, já se constituía há muito tempo em grandes propriedade rurais.

Como a maioria dos colonos já ocupava a gleba por mais de 10 anos, o processo para obtenção do título definitivo da propriedade daqueles que já eram ocupantes seria mais rápido, pois foram dispensados da [...] licitação e a metodologia operacional de colonização vigente” (Processo INCRA/CR – 08/3604/81, p.33). Sendo assim, em 1981, por determinação da resolução estadual Nº 177, o assentamento foi aprovado, regularizando então essas terras, realizando assim o sonho de muitos agricultores que encontravam-se na condição de posseiros.

Uma década mais tarde, grupos indígenas ocuparam e reivindicaram parte da Gleba Paranhos. Mediante estudos antropológicos de Rubem Thomaz de Almeida no Processo FUNAI/BSB/1767/98, ficou comprovado que 56 lotes da Gleba Paranhos, próximas a Taquaperi, bem como parte de algumas fazendas, de fato eram terras tradicionais indígenas. Isso resultou na demarcação das terras do tekoha Potrero Guaçu, e conseqüentemente no reassentamento desses agricultores na Cabeceira do Rio Iguatemi, um assentamento em outra localidade do município de Paranhos.

Esse é um assunto extremamente delicado e que não pretendemos nos aprofundar por diversos motivos, entre eles o fato de que haveria muita demanda de tempo e entraríamos em um campo muito complexo, pois são comuns em Paranhos, os conflitos pela posse da terra entre indígenas e não-indígenas. No entanto, gostaríamos apenas de salientar que mesmo depois passados mais de uma década, percebe-se ainda hoje que o assunto causa mágoa em muitos desses agricultores, como nosso entrevistado-2, pois mesmo tendo sido reassentados pelo INCRA, as terras que lhes foram concedidas em seu novo assentamento são extremamente improdutivas, condição oposta à que encontravam em suas antigas propriedades.

A vila de Taquaperi hoje, encontra-se muito empobrecida. Bem diferente daquilo que pudemos imaginar por meio do relato de nossos entrevistados, quando houve períodos em que se destacava mais do que o núcleo urbano de Paranhos. No entanto, sua importância histórica nos fez pensá-la como um ponto de referência dentro da história local do município em estudo, que vale a pena ser compartilhada, principalmente com os mais jovens por meio de um dos aspectos mais interessantes que a história pode nos proporcionar: a possibilidade de perceber o processo de mudanças e permanências de um devido lugar.

6 QUANDO TUDO ERA “IPEHUM”

Durante muito tempo, os dois povoados que se instalaram próximos e essa linha fronteiriça entre Brasil e Paraguai, dividiram o mesmo nome: Ipehum. Enquanto o brasileiro tornou-se Paranhos, o paraguaio manteve o nome, que hoje se escreve Ypejhú, tendo completado 100 anos em março de 2018.

Encontramos dados do quanto esse povoado brasileiro é antigo em pesquisas relacionadas à Companhia Matte Laranjeira. Informações sobre a ocupação do extremo sul de Mato Grosso que hoje compreende o estado de Mato Grosso do Sul também estão disponíveis em fontes documentais no site do Itamaraty, como as atas e relatórios da comissão brasileira demarcadora de limites das fronteiras do final do século XIX e nos decretos de concessão para a exploração da erva mate no sul do estado de Mato Grosso.

Fomos percebendo mediante a leitura de alguns decretos e contratos relacionados à exploração do ervais, que Ipehum era um dos pontos de fiscalização do governo brasileiro na época das exportações da erva mate, pois havia uma exigência por parte do governo, tanto no período imperial quanto no republicano que antes da exportação, a erva deveria passar por pontos de fiscalização, ou “estações fiscaes”, onde se cobravam os “[...] direitos provinciaes de exportação sobre esse producto”, como consta na cláusula VI do decreto 9692/1886, que prorrogava o prazo concedido a Thomaz Larangeira para explorar a erva mate na província de Mato Grosso.

Outro decreto do governo brasileiro, Nº 520 de 1890, em sua VI clausula, determinava que a citada empresa deveria fazer as exportações de seus produtos pelas “[...] duas estações fiscaes estabelecidas nas serras do Amambahy e Maracaju”. A informação de quais seriam essas duas estações fiscaes ficaram evidentes para nós por meio de um termo de contrato de arrendamento dos ervais de 1893, com o procurador do banco “Rio e Mato Grosso”⁴¹, onde ficava estabelecido que “fica obrigado igualmente a fazer a exportação de seus produtos pelas duas estações fiscaes estabelecidas no Ipehun e Ponta Porã, declarando – nos sacos ou envoltórios a procedência de seu conteúdo e a começar desde logo os respectivos trabalhos” (Decreto Nº 520 de 1890, p.283).

⁴¹ O banco Rio e Mato Grosso pertencente aos irmãos Murtinho apoiava financeiramente as operações da Companhia Matte Laranjeira, inclusive tendo se associado à essa.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, teria participado da comissão que demarcou a fronteira entre o Brasil e o Paraguai na década de 1940 e por essas razões foi homenageado.

Essas informações divergem, primeiramente, porque a tal comissão a que se referem, possivelmente é a Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil – Paraguai⁴² cuja função era revisar e reparar os primeiros marcos demarcadores do final do século XIX, inclusive substituindo os antigos de madeira por novos, feitos de concreto. Segundo que o Barão do Rio Branco⁴³ faleceu em 1912, portanto, não poderia ter sido membro de tal comissão na década de 1940 e também não existem indícios de que o mesmo esteve nessa região de fronteira, como muitos populares afirmam. Então, acreditamos que a escolha do nome do diplomata estaria ligada a uma homenagem ao seu trabalho frente as negociações de demarcação das fronteiras brasileiras com a assinatura do Tratado de Limites após a Guerra do Paraguai.

Mesmo com a mudança oficial, durante muito tempo Paranhos continuou sendo chamado pelo antigo nome, essa questão aparece nos relatos de nossa entrevistada -1 (hoje com 84 anos), quando descreve o povoado na época em que veio morar com seus tios, com cerca de 10, 12 anos de idade,

E – 1: Ipehum já tinha, mas pequenininho, só que era considerado tudo como Ipehum. Isso tudo aqui era Ipehum, não era dividido.

P: E eles não chamavam aqui de Paranhos ainda não?

E- 1: Não. Aí depois que foi vindo gente, foi vindo gente, [...]e por aí foi crescendo, crescendo esse Paranhos, aí certo tempo esse tal Lício Borrvalho foi candidato a presidente, né você deve saber disso aí, eu era meninona mas eu lembro muito bem e veio aqui fazer um comício, [...]aí ele subiu num palanque e começou a falar de Paranhos [...] todo mundo sabe que esse terreno aqui é conhecido como Ipehum, mais agora vamos dividir, *falou*, porque a internacional vem vindo ai, vai passar aqui, vai passar e de fato passou, vamos dividir, falou pra cá conserva sempre o Ipehum, porque lá na cabeceira tem um pato preto enterrado que o Lopes enterrou, bem assim ele falou, e disse essa parte pra cá, vamos arrumar o nome dele de Paranhos, foi o Licio que arrumou esse nome, eu me lembro muito bem, como coisa que se fosse ontem.

Percebemos que embora ambos povoados fossem considerados como Ipehum, fica claro que já estava definido que enquanto um pertencia ao Brasil, o outro estava sob jurisdição

⁴² No site do Itamaraty encontram-se todas as atas da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil e Paraguai. Entre as conferências realizadas por tal comissão, algumas ocorreram no município de Ponta Porã. Disponível em <<http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/paraguai.xml>>

⁴³ Para maiores informações sobre o assunto sugerimos como leitura o site do Centro de História e Documentação Diplomática. Disponível em <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades-historicas?id=132>>. Acesso em 20/03/2018

paraguaia. A entrevistada remete à um comício de Licio Proença Borralho, que ocupou os cargos de deputado Estadual e Federal pelo estado de Mato Grosso nas décadas de 1940 e 1950. Segundo ela, em seu relato, o político seria responsável pela mudança do nome, o que sabemos que não. Possivelmente pela posição política que ocupava, este teria conhecimento do assunto e teria sugerido que o local fosse chamado pelo nome oficial, como uma forma de contribuir para o fortalecimento da soberania brasileira, identificando que cada povoado era independente do outro, inclusive no nome.

Nossa entrevistada-1, também relatou que eram comuns as disputas entre brasileiros e paraguaios pela posse da fronteira, mudando os marcos demarcadores⁴⁴ de lugar, incluindo episódios de violência. Essas questões ficam ainda mais evidentes em um projeto de lei de autoria de Licio Borralho, então deputado Federal, que solicitava a “Criação da Guarda Federal Montada de Fronteira”. Tal projeto previa que esta seria responsável pelo policiamento e pela segurança da população por toda linha fronteira do Brasil.

[...]vivem as populações da fronteira, principalmente aquelas de Estados pobres como Mato Grosso e Amazonas, a mercê de sua própria sorte. Para se defenderem de incursões de grupos de bandidos que periodicamente praticam o massacre e o roubo em nosso território, na faixa de fronteira despolicada, usam os recursos próprios, organizando grupos civis, lutando com sacrifício da própria vida, para expulsarem o invasor que, as mais das vezes, retrocedem calmamente na certeza da impunidade (Projeto de Lei Nº879/1951, p.1).

Embora o projeto não tenha sido aprovado pela Câmara dos Deputados, podemos perceber em sua justificativa, algumas das dificuldades comumente enfrentadas nas áreas de fronteiras, o que infelizmente ainda é comum nos dias atuais. A ausência de policiamento e de guarnição em localidades como Paranhos, levava muitas vezes as pessoas comuns a fazer o trabalho dos órgãos responsáveis pela segurança. O primeiro posto do exército só foi instalado em Paranhos, na década de 1960. Nosso entrevistado – 2 alega que “[...] começou a melhorar um pouquinho quando veio o destacamento”. Isso nos faz acreditar que a presença da guarnição teria trazido mais segurança e conseqüentemente contribuído para que o local atraísse mais gente.

Aliada à chegada do posto do exército, a década de 1960 também foi marcada pelo início da exploração madeireira no Paraguai. Até então, a economia do distrito, movimentada principalmente pela economia ervateira, aos poucos passou a dividir espaço essa outra atividade

⁴⁴ Esses marcos correspondem a pilares demarcadores, até o período em que a entrevistada se refere, eles eram de madeira e foi por meio da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil – Paraguai que esses foram substituídos pelos de concreto, que podem ser observados por toda extensão da fronteira em Paranhos.

econômica. As primeiras madeireiras instaladas na vila de Taquaperi, eram poucas mas suficientes para movimentar a vila.

Mas a intensificação dessa atividade ocorreu nas décadas de 1970 e 1985, e coincidiu também com o que ocorria na região sul do estado, com um diferencial: em Paranhos, a madeira não era brasileira, ela vinha do país vizinho. Na região de Ypejhú havia muita madeira como Ipê e Peroba, que atraiu dezenas de migrantes paranaenses e gaúchos que vinham para montar madeireiras, cortar madeira, puxar toras e outras atividades relacionadas à esta atividade econômica. Ela movimentava muito o núcleo urbano de Paranhos e dava muito lucro aos que estavam envolvidos, desde trabalhadores, proprietários, comerciantes.

Segundo nosso entrevistado 4, houve um período nos anos de 1980 que havia mais de 30 madeireiras instaladas no Paraguai, a maioria pertencia a brasileiros, os trabalhadores eram dos dois países. Todos os dias era intenso o movimento de caminhões carregados de madeira na avenida Internacional (que liga Paranhos a Ypejhú). No Brasil, a madeira entrava sem passar pela fiscalização paraguaia e era legalizada pelos escritórios de notas do lado brasileiro.

P: As serrarias ficavam no Brasil ou no Paraguai?

E – 4: Tanto no Brasil quanto no Paraguai. No Brasil, tinha bem poucas, a maioria ficava do lado de lá. As que vinha para o lado do Brasil, vinha comprador de fora e levava para o Paraná, a maioria ia para o Paraná, e a maioria também ficava no Ypejhú, porque lá acho que tinha umas 30 serrarias. A nossa intenção era de vir ali mexer com tora, porque naquela época mexer com madeira dava mais lucro que mexer na roça.

P: Mas daí a madeira traziam pra vender no Brasil?

E – 4: Serrava tudo e exportava para o Brasil, mas mesmo de fora, cortava lá e trazia para o Brasil.

P: E a fiscalização?

E – 4: A fiscalização era só passar.

Ou seja, havia um acordo entre autoridades brasileiras e paraguaias que permitiam a entrada ilegal dessa madeira que era comercializada em nosso país como se fosse um produto nacional. É importante ressaltar que não havia madeireiras e brasileiros explorando apenas em Ypejhú, mas também nos arredores desse município.

Na medida em que a atividade madeireira foi aumentando, foi também atraindo mais moradores e contribuindo para um aumento da população do então distrito. Quanto mais o distrito foi crescendo economicamente e populacionalmente, mais foi obtendo razões para a busca por sua emancipação do município de Amambai. O que acabou ocorrendo em 17 de novembro de 1987.

No final do anos de 1980, a madeira foi escasseando, podemos atribuir a isso o endurecimento de legislações mais rígidas por parte do Paraguai, com relação à exploração da mesma. Uma amostra da abundância de espécies e da riqueza que permeou toda essa região, ainda pode ser observada na Reserva Natural Del Bosque de M'baracayú⁴⁵ em Canindeyú, atualmente mantida em um sistema de parceria entre o Governo Paraguai, Nações Unidas e Fundação Moisés Bertoni, situada a aproximadamente 27 quilômetros da cidade de Paranhos e visitada por muita gente da região.

A maior parte dos donos de madeiras mudaram-se para outras localidades, principalmente para o Mato Grosso, onde a disponibilidade de madeira era mais abundante. Muitas das famílias que vieram para Paranhos atraídos pela madeira, continuaram, no entanto, muitos foram embora.

No Projeto de Desenvolvimento Econômico de Paranhos (1989), no início da primeira administração pós emancipação, havia uma preocupação com os rumos econômicos do município em relação a uma possível diminuição da atividade madeireira, que na época era responsável por 40% da arrecadação de seu Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS.

Segundo o diagnóstico desse projeto, “[...] esse quadro é deveras preocupante pois se não forem tomadas sérias e drásticas iniciativas no seu Desenvolvimento Econômico, essa grossa fatia do rendimento municipal, virá a zero nos próximos 10 anos ou antes, a critério dos dirigentes paraguaios” (1989, p.21). Podemos perceber que a economia movimentada pela madeira paraguaia era a base de sustentação da paranhense e que havia uma preocupação com a possibilidade de que essa entraria em colapso dentro de uma década ou menos, possivelmente por causa do escasseamento da madeira e do endurecimento das leis ambientais paraguaias.

Por esse diagnóstico, fica evidente também o quanto isso afetaria diretamente o comércio local, que era movimentado por brasileiros e paraguaios ligados à atividade madeireira. Segundo o referente projeto, se a economia madeireira entrasse em colapso, a estimativa é de que haveria uma quebra em mais de 50% do comércio e em 60% na economia de Paranhos.

⁴⁵ Trata-se de uma reserva que possui uma área de 64,405 hectares. Foi estabelecida por um acordo internacional assinado entre o Governo do Paraguai, a Fundação Moisés Bertoni e a Organização das Nações Unidas, que foi aprovado e subseqüentemente ratificado pela Lei nº 112/91 da nação paraguaia. Disponível em <<https://www.mbertoni.org.py/>>. Acesso em 15/04/2018

Nesse período, o município recém emancipado, já possuía uma população superior a 10 mil habitantes. Entretanto, podemos perceber que na medida que a atividade madeireira foi entrando em decadência, o fluxo populacional foi diminuindo. Muitas famílias mudaram-se para outras cidades, em busca de outras fontes econômicas. A população atual, de acordo com o Censo de 2010, é de 12.350 habitantes, ou seja, entendemos que primeiramente houve um decréscimo, seguido de um acréscimo populacional nos últimos anos.

Percebemos os impactos do fim da atividade madeireira em Paranhos também, quando analisamos as outras atividades econômicas. O comércio como já discutido, era movimentado pela madeira. A região nunca foi voltada para a agricultura e sim para a pecuária e aí se destaca uma questão, segundo o prognóstico do projeto de Desenvolvimento Econômico de Paranhos, no final da década de 1980, 62% dos proprietários eram “[...] minifundiários com áreas menores de 20 hectares [...] enquanto que 86% da área são cobertas por propriedades maiores que 500 hectares” (1989, p.36). Interessante se analisarmos que esses 62% ocupavam uma área de 2,6% da área total do município, enquanto que que 14, 8% dos proprietários ocupavam 86, 1%, ou seja, a maior parte das terras do município encontravam-se nas mãos de poucos, enquanto a maioria das pessoas detinham pouca ou nenhuma terra.

Desse modo, podemos compreender algumas das causas de tanta desigualdade econômica em Paranhos e não somente para a época do projeto analisado, pois mesmo passados quase 30 anos de emancipação, essa realidade permanece, com a diferença de que a atividade madeireira hoje é inexpressiva.

Infelizmente, a população local padece com a desigualdade econômica e social. Tanto que o município encontra-se com um dos piores indicadores sociais do estado de Mato Grosso do Sul, possuindo 0,588 de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), ocupando a 77ª posição entre os 79 municípios sul mato-grossenses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, objetivamos compreender parte do processo histórico do município de Paranhos em Mato Grosso Sul. Diante da impossibilidade de pesquisar o processo histórico local em seu todo, optamos por algumas questões que consideramos importantes para a sua compreensão, como a presença histórica do Forte do Iguatemi, dos indígenas Guarani e Kaiowá, da vila de Taquaperi e as transformações econômicas ocorridas em Paranhos, desde os tempos em que era o antigo povoamento de Ipehum, até sua emancipação político administrativa. Motivados pela pequena incidência de pesquisas e de produção historiográfica, nos propusemos a elaborar a partir dos resultados obtidos, um material didático para uso de alunos e professores da Educação Básica

Na medida que a pesquisa foi se desenvolvendo, fomos percebendo a infinidade de questões e problemáticas que iam se apresentando por meio das fontes, tanto as documentais quanto as entrevistas. Muitos desses temas não foram abordados nesse trabalho, mas podemos afirmar que ainda há diversos caminhos a serem explorados e lançamos o desafio para que novas investigações sejam feitas sobre essa localidade.

Iniciamos nossas pesquisas pela história do Forte do Iguatemi que se mostrou pouco conhecida pela população da região, mas que muito interessante historicamente devido sua importância histórica, pois ele foi um dos mais antigos povoados instalados no sul de Mato Grosso, no final do século XVIII. Sua construção envolveu o interesse do governo português que por meio dela, buscava garantir a posse das terras da região, então disputadas com os espanhóis. Ele foi o primeiro de todos os fortes construídos no estado, mas atualmente em seu local existem apenas algumas ruínas.

Encontramos informações riquíssimas sobre o Forte do Iguatemi nos trabalhos de pesquisa de Santos (2002) e no *site* da Biblioteca Nacional Digital, no qual consta o diário de bordo do Brigadeiro José Custódio de Sá Faria, cujos detalhes descrevem os momentos de sua ida e permanência na guarnição e nos ajudaram a compreender muitas questões, desde dificuldades que enfrentaram com relação à segurança, manutenção das tropas, mantimentos, ameaças de invasão e também sobre a fragilidade de um forte inacabado, isolado e distante de outros povoados.

Percebemos pela história do forte que a presença dos indígenas na região é antiga, bem como a existência da Trincheira Kue, com suas histórias sobre lendas e tesouros, contada pela

população. Essa cratera presente próxima às ruínas do antigo forte, foi utilizada pelos espanhóis durante a invasão a guarnição e também durante a Guerra com o Paraguai.

Quantas histórias guardam as terras da aldeia Paraguassu, local onde se encontram as ruínas do Forte do Iguatemi e da Trincheira Kue, incluindo as lutas dos Kaiowá pela posse dessas terras. Embora o local do forte tenha sido tombado pelo IPHAN como sítio arqueológico desde o fim da década de 1980, não encontramos estudos, nem pesquisas de nenhuma instituição à esse respeito. Portanto, sua história ainda é um campo aberto a novas pesquisas, tanto de cunho histórico, arqueológico, quanto patrimonial.

A pequena presença das ruínas não nos possibilitou muito a sua exploração visual, porém a tecnologia via satélite nos proporcionou imagens que comprovaram que de fato se tratavam das mesmas que constam em mapa semelhante, mas do século XVIII, como se pode observar no capítulo sobre o assunto.

A presença do Forte do Iguatemi e suas questões históricas sobre o período colonial, pode ser imensamente explorada em sala de aula, pois trata-se da história local vinculada a outras em âmbito regional, nacional e até mesmo internacional. Isso pode possibilitar aos alunos a compreensão de que a história daquilo que nos cerca encontra-se ligada a outras, muitas vezes em uma dimensão muito maior do que imaginamos.

A questão do forte nos remeteu aos indígenas, que naquele mesmo período já se faziam presentes na região, como povos originários conforme podemos constatar nas pesquisas dos autores que referenciamos no processo de compreensão do nosso objeto de investigação. A presença dos indígenas perpassa toda a história de Paranhos e assim como a luta desses povos pelo direito à posse de parte de suas terras tradicionais.

Percebemos que a perda de suas terras, esteve na maior parte das vezes ligada às questões econômicas, pois na medida que esses interesses se sobrepunham na região, a presença dos indígenas causava cada vez mais incômodo. Foi assim com a exploração da erva-mate pela Companhia Matte Larangeira, com a Campanha da Marcha para o Oeste e com a chegada das frentes pioneiras. Na tentativa de livrar mais terras para serem comercializadas e/ou ocupadas pela chegada de novos colonos, a ação conjunta entre o governo brasileiro e o SPI no início do século XX provocou o surgimento das reservas indígenas. Elas se tratavam de pequenos e insuficientes espaços territoriais para abrigar a enorme quantidade de pessoas que foram neles confinadas. Isso ainda sem levar em consideração suas peculiaridades étnicas, o que teria gerado também muito conflito entre os próprios indígenas.

As pesquisas de Brand (1997) e Cavalcante (2013), foram fundamentais para a compreensão de muitas questões, tanto para entendermos o processo histórico de ocupação branca, quanto a de expulsão dos indígenas. Esses pesquisadores, também abordam a importância da relação entre esses povos com suas terras, ressaltando que o conceito que o indígena tem sobre o seu *tekoha* é que está relacionado com seu passado, com seu modo de viver, algo que muitas vezes é incompreendido pelos não indígenas.

O município de Paranhos é o segundo do estado de Mato Grosso do Sul, em se tratando da proporção do número de indígenas com relação a população em geral. Os Guarani e Kaiowá compõem atualmente mais de um terço da população paranhense. Embora tenhamos trabalhado com os dados oficiais do último censo em 2010, dados recentes do IBGE apontam que essa proporção aumentou ainda mais nos últimos anos. No entanto, percebemos que a história desses povos, sua cultura, seu modo de viver, ainda é pouco conhecida, seja em sala de aula como dentro a própria sociedade.

Quando entramos nas questões indígenas, percebemos que abriu-se um leque a nossa frente que foi difícil decidir sobre quais questões queríamos abordar e discutir. Pensando no material didático que seria elaborado com base nesses dados, decidimos nos pautar na presença histórica desses povos em Paranhos e o quanto as mudanças econômicas foram afetando-os ao longo do tempo. Entretanto, existem outros temas a serem pesquisados, desde questões econômicas, culturais, educacionais, os conflitos pela posse das terras, o preconceito contra esses povos. Encontramos muitos estudos que versam sobre os Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, mas muito pouco especificamente sobre os que residem em Paranhos.

Buscamos também a compreensão das significativas mudanças sobre a vila de Taquaperi. Nossa opção em estudá-la partiu do desejo de conhecer mais sobre um local hoje tão empobrecido, mas que de acordo com as informações obtidas por nossos entrevistados, em tempos passados era maior e mais próspera que o próprio povoado de Paranhos.

Nesse processo, as entrevistas tiveram um papel fundamental, pois nos forneceram detalhes que puderam complementar as fontes escritas. Na medida em que as fontes orais nos desvelavam o passado histórico desse local, maior se tornava o desejo em informá-la em nosso material didático, pois o caso de Taquaperi, mostrou-nos o quanto as ações, as relações e os interesses humanos podem transformar a história de um local.

Fechamos nossa pesquisa discutindo as transformações ocorridas na política e economia em Paranhos desde os tempos em que era o povoamento de Ipehum, pois buscávamos

compreender a antiguidade desse local. Nessa fase, as fontes escritas foram fundamentais, as entrevistas nos revelaram que Ipehum era antigo, mas precisávamos de mais informações que nos mostrassem o quanto. As informações adquiridas junto às pesquisas de Fabrini (1995) e os decretos imperial e estadual nos direcionaram na compreensão de que não somente o povoamento de Ipehum já existia desde o final do século XIX, como este era também um dos postos de fiscalização sobre as exportações da erva-mate.

O processo de mudanças pelo qual Paranhos passou ao longo do tempo, foi algo que especialmente nos impressionou. Politicamente mudou de povoamento de Ipehum a patrimônio de Paranhos, depois elevado à condição de distrito, e finalmente à emancipação política em 1987. Economicamente nos chamou atenção o crescimento do local motivado pela exploração madeireira no Paraguai, que atraiu dezenas de migrantes paranaenses, movimentou o comércio local, levou o núcleo urbano de Paranhos ao crescimento, que se fortaleceu, iniciando o seu processo de emancipação político administrativa.

É interessante também constatar, por meio das entrevistas, o quanto o saudosismo por esse período é perceptível. A madeira paraguaia atraiu muita gente, mas na medida que essa escasseou, aliada ao endurecimento das leis ambientais paraguaias, muitas pessoas mudaram-se para outros locais, em busca de novas fontes de renda. As razões ficaram compreensíveis no Projeto de Desenvolvimento Econômico de Paranhos, elaborado no início da primeira administração, pós emancipação em 1989, que apontam que com o fim ou mesmo diminuição da economia madeireira, a arrecadação de impostos e o movimento do comércio local poderiam ser afetados.

Além disso, grande parte das terras do município já configuravam o modelo de grandes propriedades rurais, encontrando-se em mãos de uma pequena parcela da população, enquanto que a maior parte das pessoas ou possuíam pequenas propriedades ou não tinham posse da terra. A economia concentrava-se no comércio local e na atividade pecuária, a agricultura além de pouco praticada, era baseada mais no modelo familiar. Essa desigualdade social e de riquezas, ainda causa impacto hoje e isso torna-se evidente ao observarmos que Paranhos possui um dos piores IDHM do estado de Mato Grosso do Sul.

Ao longo desse trabalho, buscamos compreender quais foram as mudanças, as transformações ocorridas em Paranhos nas últimas décadas. No entanto, esperamos que essas reflexões nos levem à outras, pois se são as ações humanas que levaram à essas mudanças, também outras ações podem transformar diversos problemas enfrentado por essa sociedade em estudo. Os resultados de nosso trabalho apontam para diversas questões que podem ser objetos

de estudo de futuras pesquisas sobre o município e região. Nossa incursão sobre essas questões históricas puderam nos proporcionar uma certeza: a de que há muito a se estudar sobre esse local.

Transformar os resultados obtidos com essa pesquisa em um material didático para ser utilizado em sala de aula com o 4º ano do Ensino Fundamental, foi provavelmente um de nossos maiores desafios, principalmente porque o público alvo desse material, com cerca de 9 e 10 anos é de uma faixa etária muito diferente da qual eu, como professora, estava acostumada na Educação Básica, assim elaborar textos e atividades voltados para crianças mostrou-se muito mais complexo do que imaginava.

Mesmo tendo isso como preocupação desde o início, na prática adaptar a linguagem, selecionar os conteúdos, tentando apresentá-los por meio de uma história reflexiva foi bastante árduo, mas compensativo. Apresentar parte da história do local em uma material didático foi uma experiência muito enriquecedora e que nos levou a uma reflexão muito importante, pois somos professores habilitados em História, lecionamos nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, mas nosso conhecimento didático para trabalhar a história com crianças ainda é muito deficitário.

Por isso, durante esse processo de elaboração, recorremos aos colegas pedagogos que ensinam a disciplina de História nos anos iniciais e muito nos ajudaram com suas experiências com o ensino de crianças, pois nos possibilitaram pensar em algo que oferecesse informações históricas, mas ao mesmo tempo respondesse às demandas particulares dessa etapa de ensino. O material encontra-se anexo à esse trabalho, divide-se em seis capítulos que discutem os temas principais no qual se pautou esse trabalho e ao final, a apresentamos instruções para o uso pelo professor.

Esperamos dessa forma, ter colaborado para melhor compreensão de algumas questões relacionadas à história de Paranhos, tanto por meio desse trabalho, quanto por meio do material didático. Assim, objetivamos por meio da história local e regional, contribuir para a formação da consciência história desses alunos, em sua maioria crianças, para que assim, possam compreender melhor a realidade a sua volta, os problemas que cercam nosso município, suas dificuldades e desafios. Mas acima de tudo, para que possam compreender que as ações humanas interferem no processo de mudanças, de transformações e que todos nós, por meio de nossas ações somos capazes de transformar a realidade em que vivemos, buscando assim, melhorias para a nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; SOIHET Rachel. **Ensino de História: conceitos, temática e metodologia.** Rio de Janeiro, RJ: Casa da Palavra, 2009.

ALBANEZ, Jocimar Lomba. **Ervais em queda transformações no campo do extremo sul de Mato Grosso (1940 – 1970).** Editora UFGD, 2013.

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da Terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira.** Londrina: Ed. da UEL, 1997.

BARROS, José D' Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004.

_____. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tem ao quadro teórico.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **História, espaço tempo: interações necessárias.** Varia História, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul/Dez 2006

BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha (tese de doutorado).** Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS-MN), Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, tradução de Fernando Tomaz, 1989.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 17/02/2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. História ensino de 1ª a 4ª série.** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRAND, Antonio. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: Os difíceis caminhos da palavra (tese de doutorado).** Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1997.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas.** Peter Burke (org.). São Paulo Editora da Universidade estadual Paulista, 1992.

_____. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989.** São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul** (tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP), Universidade Estadual Paulista - Assis, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CRESPE, Aline Castilho. **Mobilidade e Temporalidade Kaiowá: do Tekoha à reserva, do Tekoharã ao Tekoha** (tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2015.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A política platina do Barão do Rio Branco**. Rev. bras. polít. int. vol.43 no.2 Brasília July/Dec. 2000. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292000000200006>. Acesso em 10/05/2018

FABRINI, João Edmilson. **A posse da terra e o sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul: o caso de Itaquiraí** (dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 1995.

FACHIN, Viviane Scalon. **Os processos de ordenamento de terras no extremo sul de Mato Grosso e de reordenamento de Mato Grosso do Sul** (tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **História Oral: desafios para o século XXI**. Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. — Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína, coordenadoras. **Usos e Abusos da história oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra. A economia política da fronteira no Brasil de 1930 ao anos atuais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, tradução de Maria Júlia Goldwasser, 1982.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOBBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. IN: Ferreira, Marieta de Moraes (org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000, p.31- 46.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro – Oeste**. 2. Ed. Campinas: editora UNICAMP, 1986.

LUZ, Moisés da. **Carijos e Barbaquás no Rio Grande do Sul: resistência camponesa e conservação ambiental no âmbito da fabricação artesanal de erva-mate** (dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1996.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em 20/06/2017

PARANHOS. Secretaria Municipal de Educação. **Referencial curricular municipal do ensino fundamental**. Paranhos: SEMEC, 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONÇALVES, Marcia de Almeida; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Caixa da história**: São Gonçalo: guia do professor. Niterói: Imprinta Express, 2006.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____ **Reconstrução do passado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SANTOS, Ana Maria do Perpétuo Socorro. **O Forte do Iguatemi**: um atalaia do Império Colonial e Trincheira da memória dos índios Kaiowá da Paraguassu (dissertação de mestrado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2002.

SERAGUZA, Lauriene. **Cosmos, corpos e mulheres Kaiowá e Guarani**: de Aña a Kuña (dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2013.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. IN: Ferreira, Marieta de Moraes (org.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000, p. 47 – 66.

TOUTIER - BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. IN: Ferreira, Marieta de Moraes. Amado, Janaína, coordenadoras. **Usos e Abusos da história oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

Fontes:

Assentamentos rurais no município de Paranhos. Disponível em http://www.incra.gov.br/assentamentos_caracteristicas. Último acesso em 12/06/2018

Atas da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil e Paraguai. Algumas conferências realizadas por tal comissão ocorreram no município de Ponta Porã. Disponível em <http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/paraguai.xml>. Último acesso em 01/06/2018

Bibliografia sobre o Barão do Rio Branco. Site do Centro de História e Documentação Diplomática. Disponível em <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades-historicas?id=132>. Acesso em 20/03/2018

Censo 2010 do município de Paranhos em MS. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ms/paranhos/panorama>. Último acesso em 12/06/2017.

Censo indígena 2010. Disponível em ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Último acesso em 01/06/2018.

Colaborador 1: Entrevista dia 15/05/2017 em sua residência em Paranhos – MS

Colaborador 2: Entrevista dia 11/07/2017 em sua residência em Paranhos - MS

Colaborador 3: Entrevista dia 28/01/2018 em sua residência em Paranhos - MS

Colaborador 4: Entrevista dia 28/01/2018 em sua residência em Paranhos - MS

Contrato estadual de arrendamento dos ervais de 1893, com o procurador do banco “Rio e Mato Grosso. Acervo pessoal do Sr. Almiro Pinto Sobrinho.

Criação do município de Paranhos Lei Estadual nº 777, de 17-11-1987, retificada pela Lei Estadual nº 811, de 21-12-1987. Disponível na Prefeitura Municipal de Paranhos – MS.

Decreto do Império do Brasil Nº 9692/1886. Prorrogava o prazo concedido a Thomaz Laranjeira para explorar a erva mate na província de Mato Grosso. Acervo pessoal do Sr. Almiro Pinto Sobrinho.

Decreto da República dos Estados Unidos do Brasil, Nº 520 de 1890. Concede permissão ao cidadão Thomaz Laranjeira para a exploração da erva-mate no estado de Mato Grosso. Acervo pessoal do Sr. Almiro Pinto Sobrinho.

Decreto estadual Nº 424 de 1916. Reserva para o patrimônio da povoação de Ipehum, uma área devoluta. Acervo pessoal do Sr. Almiro Pinto Sobrinho.

Decreto estadual Nº 494 de 20 de fevereiro de 1926. Trata da criação do Patrimônio de Paranhos. Disponível na Prefeitura Municipal de Paranhos - MS

Diário de viagem do ano de 1774, do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, de São Paulo até a Praça de Nossa dos Prazeres do Iguatemi. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1461595/mss1461595.pdf. Último acesso em 15/03/2018

Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. (2015). Disponível em http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/157/2017/06/estudo_dimensao_territorial_2015.pdf. Último acesso em 15/04/2018

Lei estadual Nº 777 de 1987. Trata da criação do município de Paranhos. Disponível no acervo da Câmara Municipal de Paranhos – MS.

Processo FUNAI/BSB/1767/98. Trata da criação da aldeia Potrero Guaçu. Disponível na Prefeitura Municipal de Paranhos – MS.

Processo INCRA/CR – 08/3604/81. Trata da regularização das terras da Gleba Paranhos. Disponível na Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Paranhos – MS.

Projeto de Desenvolvimento Econômico de Paranhos, no início da primeira administração pós emancipação (1989). Disponível no Museu da UEMS em Amambai - MS.

Projeto de Lei N°879/1951 sobre a criação da Guarda Federal Montada de Fronteira http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1A1371E5C99A63BD6DC091A711AD1736.proposicoesWeb1?codteor=1222068&filename=Dossie+-PL+879/1951. Último acesso em 15/06/2018

Resolução estadual N° 938 de 1925. Trata da criação do Distrito de Paz de Ipehum. Acervo pessoal do Sr. Almiro Pinto Sobrinho.

Sítio Arqueológico do antigo Forte do Iguatemi MS – AB- 01. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?4258. Último acesso em 14/06/2018

Terras indígenas em Mato Grosso do Sul. Disponível em http://www.funai.gov.br/terra_indigena_3/mapa/index.php?cod_ti=4401. Último acesso em 08/04/2018

ANEXO – MATERIAL DIDÁTICO SOBRE “ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL PARA CRIANÇAS: CONSTRUINDO HISTÓRIAS DE PARANHOS”